

# EM TEMPO!

Nº 268 JULHO 1993

Cr\$ 50.000,00

PT

## 8º ENCONTRO NACIONAL

PÁGINAS 3 A 6

ECOLOGIA

## RUMO AO DESATRE ?

CÉSAR BENJAMIN

PÁGINAS 16 E 17

CULTURA

## INTIMIDADE LIBERTADORA

JOSÉ CORRÊA

PÁGINAS 18 E 19

# DEFININDO PRIORIDADES

ERNEST MANDEL DEBATE  
ALTERNATIVAS DE POLÍTICA  
ECONÔMICA PARA O PT,  
NAS PÁGINAS 10 E 11

NAIR BENEDICTO/AGÊNCIA F4

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS



# O desafio das lutas

O 8º EN do PT foi um momento importante de avanço do partido, que reforçou seu perfil socialista, dinossáurico, no bom sentido que esta palavra pode ter. Identificada com esse resultado, a tendência Democracia Socialista tem muito o que saudar neste processo, expressando sua avaliação na cobertura que publicamos do 8º EN (ver pgs. 4 e 5). A resolução de conjuntura que saiu da reunião do novo DN, da qual publicamos um extrato, evidencia este perfil mais definido que o PT está assumindo (ver pg. 6).

A CUT tem um papel decisivo na implementação de uma política de disputa de projetos globais na sociedade, e parece que vai, lentamente, superando as contradições que a imobilizavam. Os artigos de Miguel Rossetto e Marcelo Branco analisam a preparação da próxima plenária nacional da Central e o desenlace do processo vivido pela corrente Cut pela Base (ver pgs. 8 e 9).

A elaboração do programa de governo com o qual concorreremos em 1994 é uma tarefa urgente. O 8º EN deu os primeiros neste sentido, mas o partido ainda tem muito trabalho pela frente. Publicamos neste número, como uma contribuição ao debate sobre a política econômica de um governo democrático e popular, uma exposição feita por Ernest Mandel, quando de sua passagem pelo Brasil (ver pgs. 10 e 11).

Mas o pensamento socialista tem hoje que excursionar por terrenos muito mais amplos que no passado e o restante de nossa edição percorre estes caminhos, analisando temas como a unificação européia, a democratização do judiciário, a perspectiva ecológica da atualidade, a organização da vida privada e o separatismo gaúcho.

Engajada no processo de preparação do 8º EN do PT, a equipe do **Em Tempo** não pode publicar a edição de nosso jornal referente ao mês de junho, acumulando um débito com nossos leitores. Naturalmente, nossos assinantes não terão nenhum prejuízo.

Boa leitura e até agosto!

## EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

### CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

### JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

### EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Décio Gimenez, Fernanda Estima e Fabiano Ciambra

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642.

Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20031. Vitória: Rua da Alfândega Ed Sarkis Sala 401 Fone: 2230921

# Índice

3 8º Encontro Nacional: Vitória da esquerda

José Corrêa

4 8º Encontro Nacional: Uma opção de esquerda

Democracia Socialista

6 PT: Brasil do salário e Brasil do lucro

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

7 PT: Preparar para governar

Ronaldo Zulke

8 Sindical: Vontade de luta

Miguel Rossetto

9 Sindical: Construindo o novo rumo

Marcelo Branco

10 Definindo prioridades

Ernest Mandel

12 Europa: Contradições da unificação

Francisco Louça

14 Notas

15 Judiciário: Burocracia, a quem ela serve?

Luciana Rodrigues e Pedro Galindo

16 Ecologia: Rumo à catástrofe?

César Benjamin

17 Lições de um democrata radical

Davi Capistrano Filho

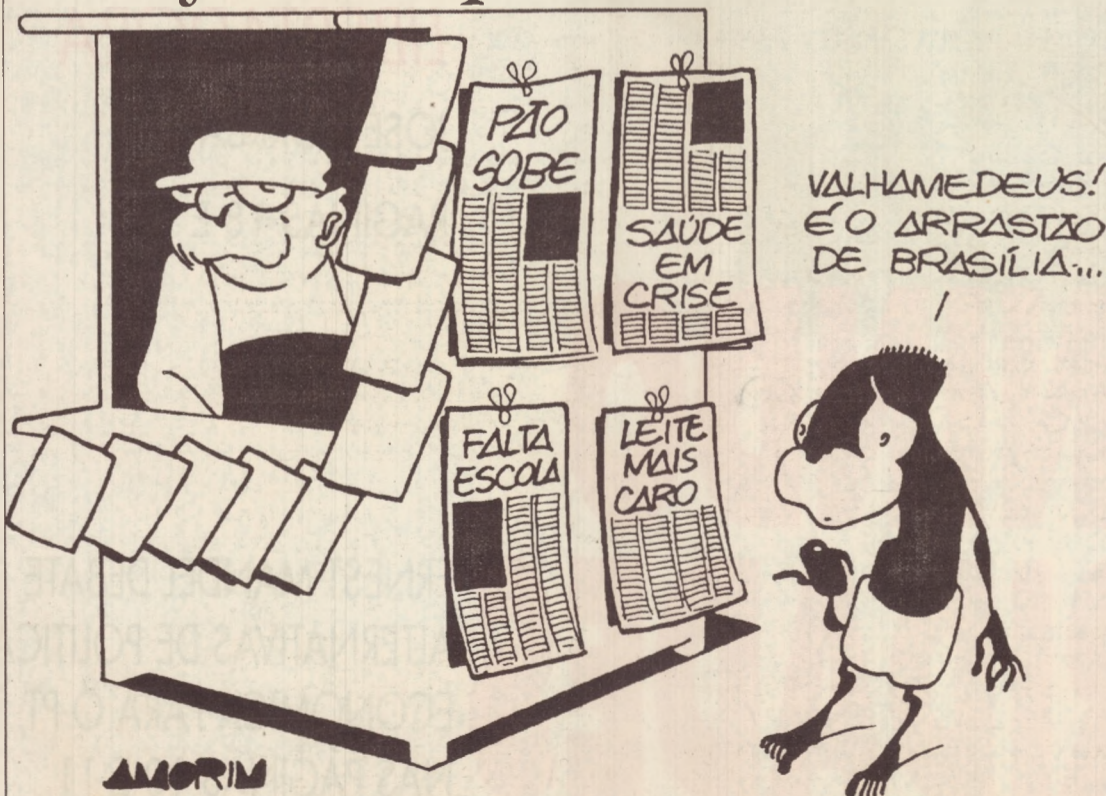
18 Cultura: Uma intimidade libertadora?

José Corrêa

20 Separatismo ou autonomia federativa

Raul Pont

## Um jornal que está ao seu lado



Assinando **Brasil Agora** você estará ajudando a fortalecer um tipo de imprensa que não faz coro com os interesses do neoliberalismo. Assine já.

**LIGUE GRÁTIS**  
**0800-11.1300**

**BRASIL**  
**AGORA**





# Vitória da esquerda

JOSÉ CORRÊA

**O** 8º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores reuniu-se em Brasília, nos dias 11, 12 e 13 de junho. 530 delegados de todo o país participaram dos trabalhos, sob os olhos da grande imprensa, torcendo pelos "moderados" contra os "radicais". Mas ao contrário do clima de disputa sectária que a mídia tentava construir, este foi um dos encontros nacionais mais tranquilos que o partido realizou nos últimos anos e o PT saiu dele politicamente muito mais unificado do que entrou.

## O fim de uma hegemonia

A grande novidade política deste encontro foi o fim da hegemonia política da Articulação e a disputa sobre como seria conduzida a transição para o novo cenário. Neste sentido, o elemento de indeterminação prévio ao encontro era a definição das alianças que permitiriam a formação de uma nova maioria (ainda que apenas relativa), já que individualmente nenhum setor tinha mais de 30%.

As oito pré-teses apresentadas no processo de debate anterior foram afinadas, no encontro, para quatro teses:

- *Democracia Radical* (fundamentalmente apoiada pelos integrantes do *Projeto para o Brasil*);
- *Articulação/Unidade na Luta* (abarcando também a Articulação de Minas Gerais, que tinha apresentado uma pré-tese junto com a DS de Minas);
- *Na luta, PT; e,*
- *Uma opção de esquerda* (abarcando a *Articulação/Hora da Verdade*, a *Democracia Socialista*, a *Vertente Socialista* e os delegados liderados por Vladimir Palmeira e Virgílio Guimarães).

A negociação que conduziu à formação da tese *Uma opção de esquerda* acabou estabelecendo o cenário que dominou o encontro. Os setores até então ainda propunha outras composições, como a *Articulação* de MG e do PA, alinharam-se respectivamente com as teses da *Unidade na Luta* e de *Uma opção de esquerda*. Esta última obteve uma maioria relativa (com 36,5% contra 29,3% da *Articulação/Unidade na Luta*).

## Unidade política

Mas o grau de unidade política entre as teses que foram submetidas à votação era, em geral, grande - com exceção da apresentada pela *Democracia Radical*, mas que tinha pouco apoio junto aos delegados e não pesou no debate. Foi assim possível à tese-guia aprovada incorporar boa parte das emendas apresentadas tanto pelo *Na luta, PT* como pela *Unidade na Luta*.

Em torno da tese que defendia a idéia da necessidade de uma revolução democrática na sociedade brasileira, a partir das reformas estruturais exigidas pela sociedade brasileira (de caráter antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário), foram incorporadas emendas como:

- a "Carta de Brasília, sobre a conjuntura, apresentada pelo *Unidade na Luta* e emendada em quatro pontos pelo *Na luta, PT*;
- uma emenda do *Unidade na Luta* sobre o movimento sindical, crítica a ausência do PT na formulação de orientações para seus sindicalistas e que propunha a realização, ainda este ano, de um encontro sindical do partido;
- uma emenda do *Na luta, PT* sobre a luta contra a realização da revisão constitucional pelo atual congresso;
- uma emenda do *Unidade na Luta* desdobrando a política internacional do PT.

O tema das alianças, que a imprensa promoveu como o pomo da discórdia no interior do partido, já estava, por ocasião do encontro, pouco polêmico. Com a entrada de Fernando Henrique Cardoso para o ministério da economia, a ênfase que setores do partido davam à aliança com o PSDB tinha arrefecido.

E a posição do partido sobre a punição de Luiza Erundina foi, no fundamental, construída pela decisão tomada, no dia anterior ao encontro, pelo Diretório Nacional do PT, suspendendo a punição anteriormente adotada. Isso colocou o encontro, em grande medida, perante um fato consumado. Para maiores análises sobre o 8º EN, ver as matérias publicadas no jornal *Brasil Agora*, nº 41, pgs. 10 e 11.

Assim, a pressão no sentido da mudança de rumos do partido, clara na maioria dos encontros estaduais, acabou se expressando não só no deslocamento das forças políticas no interior do PT e das pré-teses que apresentaram como também na existência de um amplo campo de formulações políticas em comum, o que permitiu que a ampla maioria dos delegados pudesse se identificar com a resolução final aprovada a partir da incorporação das emendas à tese-guia (ver balanço nas pgs. 4 e 5).

## Nova direção

A composição da nova direção reflete este campo de definições políticas e o papel preponderante na nova direção dos integrantes da tese *Uma opção de esquerda*.

A nova executiva, aprovada na primeira reunião do Diretório Nacional, ficou assim composta: Luís Inácio Lula da Silva (presidente, eleito no 8º EN); Rui Falcão (1º Vice-presidente); Aloísio Mercadante (2º Vice-presidente); Luís Eduardo Greenhalgh (3º Vice-presidente); Gilberto Carvalho (Secretário Geral); Maria do Carmo Godinho Delgado - Tatau (Secretária de Organização); José Luís Fervereiro (Adjunto da Secretaria de Organização); Lauro Marcondes (Finanças); João Machado (Formação Política); Hamilton Pereira (Secretaria Agrária); Luci Choinaski (Adjunta da Secretaria Agrária); Telma de Souza (Secretaria de Assuntos Institucionais); Marco Aurélio Garcia (Secretario de Relações Internacionais); Augusto de Franco (Secretaria de Meio Ambiente); Vladimir Palmeira (líder da bancada na Câmara dos Deputados); Eduardo Suplicy (líder da bancada no Senado); Clara Ant; Lucia Carvalho; Vera Gomes. Falta definir o Secretário de Comunicação, que será escolhido entre Markus Sokol e Jorge Almeida, e a chapa *Na Luta, PT* deve indicar mais uma integrante para a executiva. □

**A ampla maioria dos delegados pode se identificar com a resolução final aprovada.**

**O 8º EN marcou o fim da hegemonia da Articulação no PT e a formação de uma direção a partir de uma maioria apenas relativa.**

| CHAPAS   | VOTOS | %    | DN | CEN |
|--|-------|------|----|-----|
| 1. Sem medo de ser socialista (Movimento dos independentes - não apresentaram tese)  | 18    | 3,5  | 3  | -   |
| 2. Articulação - Unidade na Luta   | 152   | 29,3 | 24 | 5   |
| 3. Na Luta PTI (O Trabalho, Força Socialista, Tendência Marxista, Brasil Socialista, Coletivos Estaduais e independentes)                  | 99    | 19,1 | 15 | 4   |
| 4. Democracia Radical (PPB)  | 60    | 11,6 | 9  | 2   |
| 5. Uma opção de Esquerda (Articulação - Hora da Verdade, Democracia Socialista, Vertente Socialista, Forum do Interior, Vladimir Palmeira) | 189   | 36,5 | 30 | 7   |



# Uma opção de esquerda

DEMOCRACIA SOCIALISTA

**O 8º EN foi uma grande vitória da esquerda petista.**

O 8º EN foi uma vitória da esquerda petista. Isso se confirma pelo realinhamento de forças que se processou, pela composição da nova direção, pelas resoluções aprovadas e até pela forma como a mídia o apresentou.

A ala direita do partido já vinha perdendo fôlego no último período, mas a partir do segundo semestre de 1992 isso começou a ficar evidente. A reação da militância permitiu, agora, a constituição de uma direção com uma maioria de esquerda e em condições em que esta pode construir e estender sua hegemonia sobre a ampla maioria do partido. A nova direção sai legitimada pelo Encontro e pode adquirir plenas condições de dirigir o PT no processo decisivo da campanha presidencial de 1994.

Com a formação e vitória da tese *Uma opção de esquerda*, seus integrantes se tornam o eixo da nova direção. Mas como maioria apenas relativa, foi importante que se criassem condições também de compor posições tanto com o *Na luta PT* como com os setores da *Unidade na luta* de Dirceu/Gilberto e da Articulação de MG.

A recomposição de forças que levou ao fim da Articulação deu-se, dessa forma, nas condições mais favoráveis para a esquerda, evitando o bloqueamento do partido em duas frações e garantindo a capacidade de direção do novo DN e da Executiva. Pode permitir, assim, tanto um futuro processo de ampliação desta esquerda pela incorporação de setores que estão hoje mais ao centro, quanto um aumento da unidade política da esquerda em torno das forças que constituem hoje seu eixo político.

**A formação da "Hora da Verdade" permitiu uma maior clarificação do debate político no PT.**

Entre o 1º Congresso e o 8º Encontro não houve grandes crescimentos ou reduções nas principais correntes do partido. O percentual de delegados do Projeto para o Brasil/Democracia Radical ficou praticamente estável (caiu de 12% para 11,6%). Os setores que integram agora o *Na luta, PT* passaram de cerca de 18% (sem incluir os 7% da CS, que em 1992 participou da formação do *Na luta, PT* e pouco depois saiu do PT) para pouco mais de 19%. O setor formado pela DS, a VS, o Fórum do Interior e outros coletivos passou de cerca de 14,5% no 1º Congresso para 16,5% agora. O setor mais identificado com o deputado Vladimir Palmeira passou de cerca de 1% para pouco menos de 2%. A novidade do 8º Encontro que foi o *Movimento dos Independentes* teve 3,5%.

O crescimento significativo de membros do *Na luta, PT* no DN (9 para 15) e a queda de membros do PPB/Democracia Radical (13 para 9) se explica não pela mudança de seu peso entre o 1º Congresso e o 8º Encontro, mas pela mudança entre

o 7º Encontro (em 1990, onde haviam sido eleitos os membros anteriores do DN) e o 1º Congresso (e aí, o maior crescimento de setores de esquerda foi conseguido em 1991 a partir da formação da "tese 10" - o *Na luta, PT* herdou este crescimento e somou a ele principalmente a corrente *O Trabalho* e Luiz Eduardo Greenhalgh).

O conjunto da Articulação passou de cerca de 46% para algo mais de 47%. Só que agora se dividiu, e esta foi afinal a primeira grande mudança do 8º Encontro, que permitiu uma nova configuração de forças no partido. O destaque foi a formação da Articulação/Hora da Verdade, pela iniciativa de militantes que já tinham sustentado posições de esquerda no 1º Congresso - mas a partir de sua atuação com cara própria isto foi muito reforçado. A "Articulação/Unidade na luta" foi obrigada a radicalizar suas posições, para colá-las ao máximo às do HV. A ala identificada com a "Advertência/Arco-Íris" não conseguiu sustentar seu discurso tradicional e diluiu-se nas posições mais de centro (mas foi beneficiada no processo de composição da Executiva Nacional).

A segunda grande mudança do 8º Encontro foi a constituição, por iniciativa da HV e da DS, da tese e da chapa *Uma opção de esquerda*.

O sentido geral das resoluções aprovadas foi o de desenvolver a estratégia democrática e popular formulada pelo partido nos 5º e 6º ENs, destacando o caráter antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário de nosso programa e estabelecendo que ele é a referência para quaisquer alianças.

Na conclusão do processo, no plenário do encontro, já existia um importante grau de unidade política entre as teses *Uma opção de esquerda*, *Na luta, PT* e *Unidade na luta* (cuja versão final situou-se bem mais à esquerda que a primeira). O texto-base foi o que enfatizou com mais clareza o sentido de ruptura das reformas estruturais que procuramos implementar e pôde incorporar o fundamental das emendas das teses *Unidade na luta* e *Na luta, PT*, ambas mais moderadas.

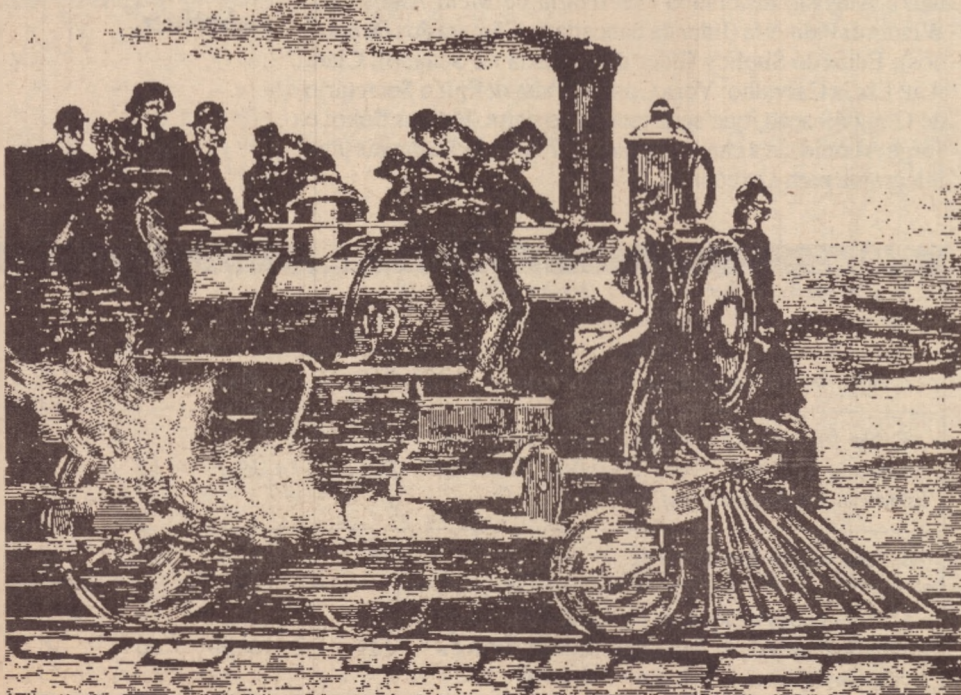
Assim, a exigência majoritária de uma importante renovação política do partido, recuperando sua radicalidade, já presente nos encontros municipais e estaduais, expressou-se no deslocamento das forças políticas e na constituição de uma ampla maioria que pôde se identificar com a resolução final aprovada.

O PPB/Democracia Radical e os setores da Articulação/Unidade na Luta mais próximos a ele não foram capazes de sustentar um embate político com esta maioria no encontro.

Toda a simbologia do 8º Encontro, seja no próprio evento, seja no que foi veiculado pela mídia, é a de uma inequívoca vitória da esquerda petista. O Encontro transmitiu também uma imagem de recomposição da unidade partidária sob novas bases, contra a de divisão que a imprensa procurou veicular. O partido pode ganhar assim mais nitidez no perfil com que aparece para a sociedade. E pode ganhar principalmente capacidade de vir a emular a militância que estava desanimada com os rumos do PT a partir da posse de Collor (rumos que vinham sendo pontualmente revertidos a partir do *impeachment*, com vitórias da esquerda).

Outro resultado positivo do Encontro foi a implementação da política de cotas nos novos Diretório e Executiva nacionais, que também contribuiu para a renovação de uma importante parcela da direção. As resoluções do 1º Congresso a este respeito foram assim mantidas e reforçadas. A intervenção das mulheres no Encontro na questão do aborto auxilia a assimilação da posição partidária sobre o tema. É, entretanto, importante a atenção para neutralizar toda a pressão desenvolvida no sentido de desgastar a aplicação das cotas.

Cabe destacar a importância da atuação estruturada do setor agrário (que no fundamental integrou-se ao *Uma opção de esquerda*) e as consequências da reativação do movimento estudantil, que vem produzindo um arejamento do trabalho de juventude do partido.





O 8º EN aprovou também a realização de um encontro sindical ainda este ano, medida que pode ser fundamental para iniciar a estruturação do setor sindical do partido e auxiliar na superação dos impasses que vive hoje a CUT.

**6** O resultado do 8º EN correspondeu, em boa medida, aos objetivos que buscamos no último período. Há algum tempo, consideramos que uma questão importante era aprofundar a colaboração política e a aproximação com os setores da Articulação que vinham defendendo posições mais à esquerda. Os resultados gerais do 1º Congresso e em particular do 8º Encontro confirmaram a importância desta orientação.

Esta política ganhou uma outra qualidade no início deste ano, quando a *Hora da Verdade* se formou, permitindo uma maior clarificação de posições e um estreitamento das relações. A orientação de priorizar o trabalho junto com esta corrente terminou permitindo a constituição do campo político mais votado do Encontro.

**7** Nossa intervenção neste Encontro tinha como centro construir uma maioria de esquerda na direção capaz de efetivamente dirigir o partido. Para isso era importante, além de eleger uma maioria de esquerda na nova direção, que o centro não se unificasse com a direita e que pudessemos sair do Encontro em condições de construir um processo que permita o estabelecimento de uma nova hegemonia no partido.

A intervenção da DS foi importante para que este objetivo fosse levado até o fim. A participação de outros setores, além da HV e DS, na constituição da tese-guia, como a Vertente Socialista, o Fórum do Interior (São Paulo), o setor da Articulação do Pará, o setor em torno ao vereador de BH Virgílio Guimarães, definiu a viabilidade desta política. O trabalho comum com esses setores na tese e na chapa foi uma das grandes vitórias no Encontro.

**8** O eixo da nova direção partidária eleita pelo encontro é constituído pela chapa *Uma opção de esquerda*, que saiu como maioria relativa da direção (36,5%), numa situação onde a constituição de uma maioria absoluta parece afastada. Mas o fortalecimento do campo político hoje representado pela tese *Uma opção de esquerda*, com a incorporação de novos componentes, continua a ser um meta importante no sentido de construir a estabilidade da nova direção partidária. Outra questão fundamental será a maior unidade da chapa *Uma opção de esquerda*.

A HV, setor que corresponde aproximadamente à metade desta chapa, tem méritos inegáveis: as posições políticas revolucionárias que permitiram uma grande contribuição para as formulações aprovadas no Encontro, sua inserção social principalmente no trabalho agrário, um importante acúmulo de quadros partidários, etc. A vitória da esquerda no Encontro dependeu decisivamente, como foi dito acima, do movimento feito por este setor. Avaliamos que a HV é um movimento que passará por mais definições, inclusive sobre as formas de sua continuidade. Neste processo, será importante discutirmos alguns aspectos que foram problemáticos na constituição do campo em torno da tese. A forma como definiu a disputa nos Encontros Municipal e Estadual de São Paulo revela dificuldades para a atuação em bases mais democráticas e para um trabalho mais coletivo. A sua compreensão do feminismo é muito desigual e limitada. Há, ainda, diferenças regionais importantes.

O desenvolvimento das relações entre a DS e a HV, fundamental para os rumos do PT, deverá permitir um melhor debate destas questões.

Já destacamos que foi decisiva a unidade no 8º Encontro (e nos Encontros Municipal e Estadual de São Paulo) com o Fórum do Interior e a Vertente Socialista. O aprofundamento desta unidade é essencial para o processo de construção partidária que se abre e uma prioridade para a DS - tanto pelo acúmulo político que já temos formando um campo comum, quanto pelo fato de que esta relação ocorre no estado mais importante do país. Para isto devemos propor intensificar discussões, buscando esclarecer as divergências de avaliação, ou de orientação, que tivemos no último período.

O resultado do Encontro e a configuração do campo político nele vitorioso implica numa responsabilidade acrescida e inédita para a DS na condução do PT. Ainda que a capacidade de direção do campo que constituímos seja limitada pela

relativa fragmentação de forças na direção, sem dúvida a responsabilidade pelos rumos do PT está, a partir de agora, depositada nas mãos da *Opção de Esquerda* mais do que em qualquer outra corrente. Isso decorre inclusive do fato de que só nosso campo político pode hoje articular maiorias mais consistentes na direção e no partido como um todo.

**9** O saldo do encontro oferece condições mais favoráveis para impulsionarmos uma reorientação geral da construção do partido num sentido revolucionário. Isto é agora uma tarefa a ser assumida pela maioria da nova direção. Para a DS, como parte de seu núcleo central, isso se desdobra em duas direções.

Temos, de um lado, que construir uma intervenção política da direção do partido que consolide um rumo de esquerda.

Isso pode, em parte, ser desencadeado a partir da elaboração de trabalho partidário, construído a partir da discussão com nossa tese e com os outros setores que integram a direção do partido, que transforme as resoluções aprovadas em um conjunto articulado de iniciativas partidárias práticas nas áreas:

- da elaboração do programa de governo da candidatura Lula e na condução dos primeiros passos da campanha;
- da oposição a Itamar, na construção de iniciativas na luta política e em contribuições do partido para a retomada da mobilização social;

- de construção orgânica do PT e sua atuação como força dirigente: trabalhando no sentido de reverter o desenvolvimento de centros de poder autônomos; encaminhando o encontro sindical aprovado; na relação com parlamentares e prefeituras; no funcionamento partidário e na relação com a militância; na continuidade da estruturação da imprensa partidária (Brasil Agora, Teoria e Debate, Boletim Nacional); e na estruturação dos setores (como mulheres, juventude, agrário e sindical).

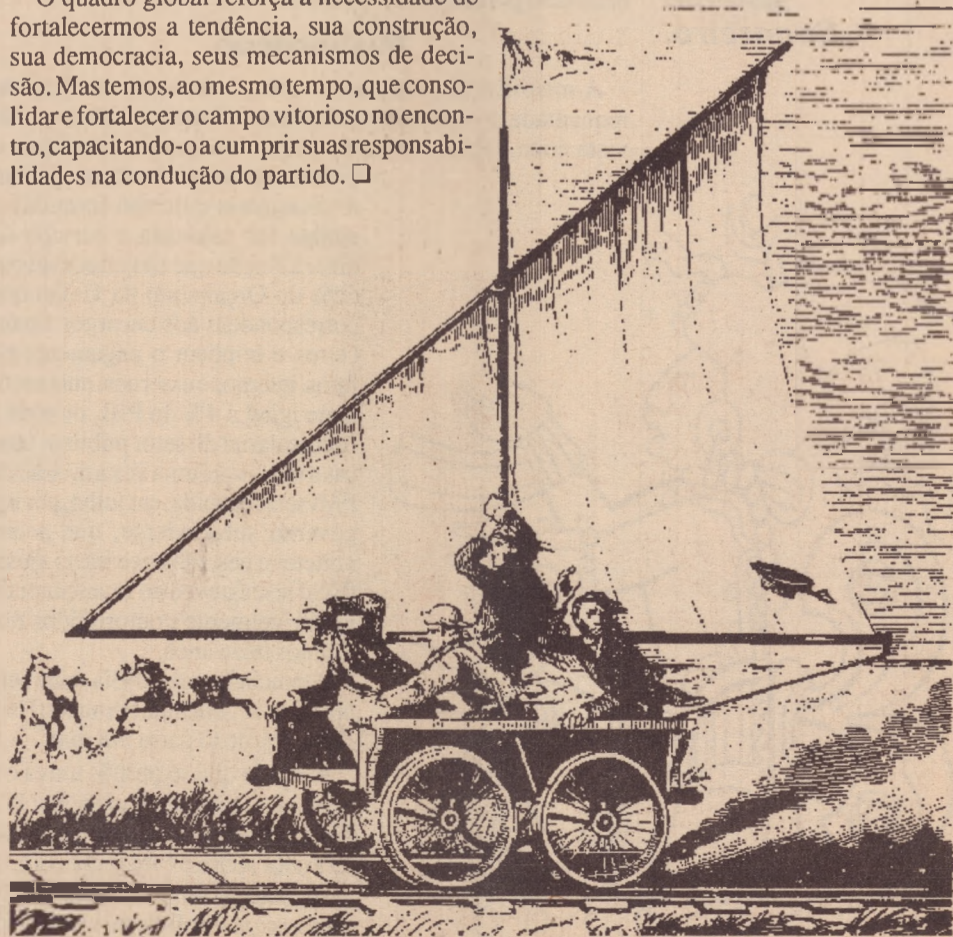
Em todas estas iniciativas, será importante estabelecer uma visão comum sobre a continuidade do processo de construção de uma direção revolucionária para o PT, aprofundando as relações entre a DS e as demais correntes que formaram a tese *Uma opção de esquerda*.

**10** A construção da DS como tendência partidária, um outro aspecto em que devemos desdobrar a consolidação dos resultados que obtivemos, será, em boa medida, condicionada pela nossa capacidade de implementar a política que aprovamos no Encontro. Nossas posições têm agora, em muitos de seus aspectos mais decisivos, a legitimidade de resoluções do partido como um todo.

O quadro global reforça a necessidade de fortalecermos a tendência, sua construção, sua democracia, seus mecanismos de decisão. Mas temos, ao mesmo tempo, que consolidar e fortalecer o campo vitorioso no encontro, capacitando-o a cumprir suas responsabilidades na condução do partido. □

**A nova direção sai legitimada e pode dirigir o PT no processo de 94.**

**O resultado do encontro facilita a reorientação da construção do PT num sentido revolucionário.**





# Brasil do salário e Brasil do lucro

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

**A** crise brasileira já coloca em risco aspectos básicos da vida em sociedade. Não conseguimos mais garantir a educação das nossas crianças, a atenção aos doentes, o cuidado com os idosos, grupos cuja proteção e defesa se confundem com a própria idéia de civilização. Nosso sistema econômico não se integra mais através de uma moeda comum, de curso forçado, pois as elites há muito abandonaram o cruzeiro, tendo na sua desvalorização um importante mecanismo de concentração de renda e poder. Somos crescentemente incapazes de defender o nosso próprio território e de nos inserir com soberania no sistema internacional. Cabe a nós tristes recordes, registrados nos foros internacionais, de violação de direitos humanos básicos das crianças, dos jovens, das mulheres.

**As elites estão promovendo uma operação de desmonte do Estado, aprofundando a mistificação e a hipocrisia.**

## Operação desmonte

Nenhuma instituição nacional está imune a esta operação desmonte, cuja contraface é a construção de alternativas para poucos e a divisão horizontal do Brasil em duas nações. É neste louco e impossível projeto que as elites insistem. Na área social, educação, saúde e segurança deixam de ser serviços públicos, orientados para a igualdade de oportunidades, e se tornam mercadorias caras; em vez de direitos, transformam-se em privilégios. Na área econômica, prossegue a perversa concentração da riqueza, impulsionada agora pela despudora entrega do patrimônio produtivo do Estado brasileiro a grupos privados, através de meios fraudulentos e dissociada de um projeto estratégico de desenvolvimento industrial.

Diante do notório agravamento da crise e da impotência das alternativas conservadoras, acelera-se o ritmo da hipocrisia e da mistificação. Os que governam o país nos últimos trinta anos apresentam-se à opinião pública com a retórica da experiência. Muitos dos que, ainda ontem, financiaram e apoiaram a candidatura presidencial de um bandido, decolam para Brasília, onde na verdade sempre estiveram, e sentem-se à vontade para ameaçar a democracia. Os que combateram os direitos sociais e se recusaram a regulamentar artigos essenciais da Constituição em vigor, apressam-se a propor sua reforma, deixada a cargo de um Congresso conservador, em fim de mandatos e que não recebeu delegação específica do povo brasileiro para tal. É a hipocrisia.

**O que desestabiliza a economia brasileira é a crescente massa de recursos estacionada no sistema financeiro.**

## Mistificação

A mistificação fica por conta do anúncio de uma versão requentada do velho ajuste neoliberal, desastrosa do ponto de vista ético, inconsistente do ponto de vista técnico. Todo o brilho intelectual do novo ministro da Economia e de sua formidável equipe foi colocada a serviço de dizer à Nação que são intocáveis os 62% do Orçamento da União que correspondem aos encargos financeiros e impõem o pagamento de juros, internos e externos, num montante igual a 4% do PIB, ou toda a folha salarial do setor público. Graças a isso, mais uma vez a missão do FMI será recebida, em julho, por um governo subserviente, que aceita remeter o peso do necessário ajuste fiscal ao custeio e no investimento, já terrivelmente comprimidos nos últimos treze anos.

Anunciado pela mídia como um portento, a montanha Fernando Henrique Cardoso pariu um rato.

Nada do que se propôs inova em relação ao que até aqui se fez. Sua política resume-se a um arrocho ainda maior sobre o funcionalismo, os aposentados, os gastos sociais, os municípios - enfim, os elos fracos

do sistema de poder. Aos elos fortes, continuam reservados alta remuneração financeira, estatais suculentas e os tradicionais subsídios. Nas questões centrais, como se vê, em nada a atual política econômica se diferencia da do governo anterior, de triste memória.

A essa constatação, soma-se agora a resistência ao reajuste mensal de salários. O senador Fernando Henrique votou a favor dessa medida quando a inflação estava na casa dos 9% ao mês. O ministro Fernando Henrique é contra, com a inflação mensal a 30%. Toma idosos e doentes como reféns e afirma que, com a mudança, a Previdência teria uma despesa extra de US\$ 1 bilhão neste ano, quantia semelhante ao repasse previsto pelo governo aos usineiros da cana no mesmo período.

## Dois Brasis

O que desestabiliza a economia brasileira não é a massa de recursos - de resto, pequena e decrescente - que entra no circuito econômico sob a forma de salários.

É a grande e crescente massa de recursos estacionada sob a forma de riqueza financeira, que parasita o Estado e o sistema produtivo. Na última década, todas as vezes em que os trabalhadores conseguiram derrotar as sucessivas políticas de arrocho ficou claro que a gradativa elevação do salário real, especialmente na base de pirâmide, é a mais importante alavanca anti-recessiva de que a sociedade brasileira dispõe, além de ser a política social mais eficaz contra a pobreza e seus efeitos.

Ademais, com excessão dos trabalhadores, todos - rigorosamente todos - os agentes econômicos já têm seus rendimentos indexados e protegidos da inflação.

Um governo que diz dar prioridade ao combate à fome não pode basear seu projeto econômico no aprofundamento do fosso entre o Brasil do salário - e do cruzeiro - e o Brasil do lucro indexado.

## Colapso da saúde

A esta posição, que combateremos de todas as formas, agrega-se outro fato novo: uma crise sem precedentes no sistema nacional de saúde. Uma crise anunciada e, mesmo assim, não evitada. Os ricos, como se sabe, não precisam desse sistema no seu dia-a-dia, até porque - e não por coincidência - essa crise ocorre em paralelo à expansão dos sistemas privados, altamente lucrativos e seletivos.

Novamente, o Brasil divide-se em dois. O colapso dos hospitais é a ponta de um imenso iceberg. O Estado brasileiro perdeu o controle da saúde pública. Endemias que estiveram mais bem controladas - como a malária e o mal de Chagas, entre outras - recrudescem nas regiões tradicionais e aparecem novas sem que o governo disponha sequer de um sistema de informações minimamente confiável. A pesquisa científica na área biomédica, como em outras, está desmantelada, apesar do alto nível atingido em outras épocas. A indústria farmacêutica segue operando como um cartel, desafiando abertamente o interesse público, com toda impunidade. Há instrumentos legais que tornam possível uma ação coordenada de todos os níveis da administração nessa área, mas não tem havido vontade política de utilizá-los. Também neste aspecto, o governo atual apenas prossegue o desmonte do setor público.

## Compromissos

Analisando esse quadro, o Diretório Nacional do PT reafirma o completo engajamento do partido contra o programa de privatizações, pelo reajuste mensal de salários e pela recomposição do sistema nacional de saúde pública. Considera o movimento contra a fome como uma iniciativa oportuna e importante...

O Diretório Nacional também repudia qualquer saída autoritária à crise, sinal de desespero das elites. O povo avançará desde já, passo a passo, na construção de sua própria alternativa, e um novo projeto nacional abrangente será definido no próximo ano, democraticamente. Sempre criticando condutas desviadas e estruturas viciadas, mas respeitando as instituições democráticas, o PT chamará o país a participar de uma grande campanha pelas reformas e se eleger um governo comprometido com elas. □

São Paulo, 26 e 27 de junho





# Preparar para governar

RONALDO ZULKE

Diferentemente de 1989 quando a presença do PT no segundo turno das eleições presidenciais era sequer esperado por boa parte do partido, quando muitos tinham dúvidas se aquele era o momento de assumirmos o governo e o Muro de Berlim acabava de cair, podemos dizer, sobre as eleições de 1994, que "desta feita a conversa vai ser diferente". O PT consolidou-se enquanto partido nacional e, como as próprias pesquisas eleitorais o demonstram, Lula vem mantendo uma certa homogeneidade nos índices dos diferentes estados. Ampliamos enormemente nossa experiência administrativa, qualificamos quadros políticos e técnicos, aumentamos nossa presença em cidades importantes do País.

Conforme diz a resolução política aprovada pelo CDE do RS em janeiro de 93: "Poderá ser o momento de grande embate entre as forças representadas pelas elites, que fracassaram em todas as suas propostas de saída da crise; e uma alternativa no campo democrático-popular, comprometido com reformas estruturais na sociedade brasileira".

O fato da eleição a governador, senador, deputados ser "casada" com a eleição presidencial lhe confere um caráter nacional e exige uma estreita vinculação entre os projetos locais e nacionais. É desta forma inclusive que pensamos que a disputa pelo governo do estado do Rio Grande do Sul cumpre um papel estratégico. A exemplo de outros estados com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, o Rio Grande jogará um papel decisivo.

## O quadro eleitoral do estado

As eleições municipais de 1992 indicam a consolidação de cinco forças partidárias no RS: PMDB, PPR, PDT, PT e PTB. O PMDB é o maior partido, com 163 prefeituras das 427 do estado e ganhou em algumas cidades importantes. Possui várias lideranças expressivas como Pedro Simon, Íbsen Pinheiro, Antonio Brito e Mendes Ribeiro. Destes, dois já são pré-candidatos em campanha, o ministro Antonio Brito e o deputado Mendes Ribeiro.

O PPR mantém-se como partido forte e estruturado no estado, tendo presença em pequenas, médias e grandes cidades, conquistando 188 prefeituras. Possui base organizada nos médios e grandes agricultores e em suas organizações: FAR-SUL, UDR, etc. Seus principais problemas localizam-se na dificuldade de renovar seu discurso e de marcar presença na região metropolitana.

O PDT, embora atualmente no governo do estado, sofreu um desgaste muito grande. O brizolismo vem tendo sérios abalos, fruto do mau governo e do namoro de Brizola com Collor e Maluf. Este partido também não tem nenhum nome de expressão para 94, sofrendo diminuição do seu espaço. O PTB vem crescendo, ocupando espaços do PDT, do PPR e às vezes do PMDB e especialmente junto aos setores mais desorganizados e mais empobrecidos da população, fruto de sua política clientelista.

O PT consolidou-se com as vitórias de Porto Alegre e alguns municípios pequenos somados ao crescimento em municípios médios e grandes do interior, estando presente hoje nos principais centros. Nossa estrutura orgânica ainda não corresponde ao peso político e à nossas expressivas lideranças. No entanto, possuímos grande penetração no movimento sindical e popular urbano e rural.

## Boas chances

É tradição ainda não quebrada a polarização das eleições no estado entre forças progressistas e conservadoras. Já na década de 50 e 60 a disputa era PTB contra PSD e UDN. A grande novidade é o surgimento no campo progressista de mais partidos na disputa e um deles o PT, à esquerda do trabalhismo, crescendo em suas bases tradicionais, como é o caso da região metropolitana.

Esta polarização poderá repetir-se com a presença do PT no segundo turno, disputando ou com o PMDB, hipótese mais provável, ou com o PPR e mais remotamente com o PDT.

Para garantir nossa presença no segundo turno e uma vitória definitiva no governo estadual, cumprindo com nossa responsabilidade na eleição de Lula, contamos com o desempenho positivo da Administração de Porto Alegre, onde Tarso Genro e Raul Pont, junto com sua equipe de trabalho, vem mantendo os altos índices de aprovação ao nosso trabalho. Além disso, temos o carisma e a empatia popular do nosso pré-candidato já indicado pelo Encontro Estadual, Olívio Dutra, além obviamente, da nossa presença marcante no movimento social, rural e urbano, bem como de nosso crescimento em cidades pólos do interior como é o caso de Rio Grande, Pelotas, Caxias, São Leopoldo, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, entre outras.

Aqui trabalhamos para transformar o que hoje é uma possibilidade, a eleição de Lula e Olívio, em realidade. Se é verdade que vivemos um crescimento significativo nos últimos anos, é mais verdade ainda que a constituição de uma frente política é uma necessidade, não apenas pelos objetivos estratégicos que perseguimos, mas também para reunirmos forças para ganhar as eleições e depois governar implementando as mudanças estruturais que a sociedade reclama.

## Nosso trabalho atual

Constituído em janeiro de 1993, o Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE), desenvolve suas atividades em um ritmo razoavelmente acelerado. Sob a coordenação política do CDE, sua estruturação atual conta com grupos de trabalho com responsabilidades específicas: agenda, finanças, programa de governo, propaganda/marketing, nominata de candidatos.

Tendo já realizado o 1º Seminário Estadual sobre Programa de Governo, com a participação de Lula em sua abertura, as discussões desenvolvem-se em ritmo acelerado. Já funcionam 16 grupos temáticos e estamos implementando 21 grupos de trabalho regionais obedecendo a subdivisão do estado das microrregionais partidárias. A par disso, a comissão de finanças já desenvolve suas primeiras atividades de arrecadação financeira.

Com o objetivo de ampliar nossa organização partidária nos municípios onde o partido ainda não está organizado e incentivar a discussão sobre o programa de governo realizamos desde janeiro roteiros pelo interior com Olívio Dutra. Ao mesmo tempo o partido prioriza o fortalecimento das coordenações regionais, como forma de descentralizar essa estrutura orgânica para centralizar nossa ação política.

Destes roteiros já realizados, é possível aferir a grande receptividade da população ao nosso pré-candidato. Certamente nossa candidatura irá muito além do espaço partidário propriamente dito. Podemos dizer com segurança que estamos nos preparando para governar o estado e o país. □



**O PT prepara-se para eleger Olívio Dutra governador junto com Lula presidente.**

Ronaldo Zulke é presidente do PT/RS



# Vontade de luta

MIGUEL ROSSETTO

**As mobilizações pela aprovação do reajuste mensal dos salários, impulsionadas pela CUT, foram decisivas para a vitória na Câmara.**

**Dois temas de construção da CUT serão debatidos pela Plenária Nacional: a organização vertical e a participação das mulheres.**

**M**ais de três mil militantes sindicais da CUT marcharam no dia 23 de junho sobre Brasília, vindos de diversos estados do país, para pressionar a votação do reajuste mensal. A mobilização dos sindicatos e instâncias da CUT nos estados e nesse dia na capital, sem dúvida criou as condições para a vitória no parlamento, com a aprovação do projeto de autoria do deputado do PT, Paulo Paim.

Um dia após, frente ao leilão da Ultrafértil, os trabalhadores da fábrica de Araucária-PR ocuparam as instalações da empresa, marcando com uma ação massiva a retomada da luta contra a política privatista neoliberal do governo Itamar.

As mobilizações pelo reajuste mensal foram resultado de uma iniciativa que partiu da Executiva Nacional da CUT, que até então estava perplexa pela crise aberta no seu setor majoritário (a Articulação Sindical).

De fato, essa iniciativa só foi possível porque alguns setores da Executiva Nacional colocaram a perspectiva de que o fundamental é que a disputa política pelo rumo da Central se dê *em movimento* e não no plano internista. Assim, mesmo num quadro de sensível fragilização da direção nacional da Central, ficou evidenciada a existência de uma energia disponível para a luta e a mobilização na base do sindicalismo cutista.

Esse evento deixou perplexos alguns setores (seja da Articulação Sindical, seja do PSTU) que apostavam, de maneira simplista, que a paralisia da CUT se aprofundaria - o que criaria um terreno mais favorável para as críticas internistas. Mas ele não deve ocultar a ausência hoje de um projeto de direção na CUT.

Tanto na intervenção da CUT na conjuntura como na preparação da 6ª Plenária Nacional está pautada a disputa pelos rumos da Central - e o problema de qual configuração de direção deverá ter.

O primeiro problema que se coloca é se essa Plenária Nacional estará fadada a reeditar o 4º Concut ou estará voltada para a preparação do 5º Concut; isto é, se começará a enfrentar os desafios que o período da luta de classes coloca ou apenas repetirá os impasses vividos em 1991.

De fato, a crise das correntes sindicais cutistas (a começar pelas maiores: Articulação Sindical e CUT Pela Base) pode tanto ajudar a arejar a discussão, como enterrar a Central no internismo, dependendo de como se busque equacionar o projeto de direção para a Central. É evidente que nisso a postura de todas e cada uma das correntes, setores e militantes da Central terá um papel determinante.

## Temas

A Central completa em agosto dez anos e o balanço da década faz parte do temário da Plenária. Esse balanço pode vir a ser apenas um inventário da luta interna, ou um diagnóstico dos impasses do nosso sindicalismo visando capacitá-lo a enfrentar um período onde o que está colocado é a disputa geral de projetos na sociedade.

Trata-se de capacitar a CUT para combinar, na atual conjuntura: a qualificação programática no enfrentamento com o projeto neoliberal; a oposição ativa à política neoliberal do governo Itamar; e a preparação da CUT para questionar e impedir a revisão constitucional antes das eleições de 1994.

Paralelamente deve-se aprofundar a discussão sobre a participação do sindicalismo cutista na disputa eleitoral em 1994, entendida como um momento, talvez o principal, da explicitação da disputa de projetos na sociedade brasileira.

## Construção

Dois pontos fundamentais de construção da CUT estarão em pauta. Por um lado, o balanço da política de construção das organizações verticais e, por outro, a deliberação sobre a participação das mulheres nas instâncias de direção.

As organizações verticais enfrentam hoje seus verdadeiros problemas, sobretudo no que diz respeito à superação da mera imitação cutista do perfil celetista das federações e confederações. Construir organizações verticais nacionais significa sobretudo, discutir uma política sindical nacional para o ramo. Conseqüentemente, a política de construção esbarra na limitação do horizonte de ação sindical, hoje restrito ao município, à categoria isolada, etc. Significa, também, atualizar uma concepção de organização vertical por ramo, que começa no local de trabalho, passa por mudar o perfil do sindicato de base e se constrói ao nível nacional numa perspectiva unificadora da luta.

A discussão sobre ação da CUT frente às lutas que estão sendo travadas no campo, assim como as questões sobre construção da CUT no meio rural, deverão também ter papel destacado nos debates da Plenária.

Por outro lado, nossa central ainda não se capacitou para incorporar efetivamente a luta das mulheres no seu cotidiano. Para tanto, o equacionamento da participação das mulheres nas instâncias de direção é fundamental. A política de ação afirmativa de garantir no mínimo de 30% de mulheres na direção é um elemento decisivo nessa perspectiva - com todos os demais aspectos já aprovados na 5ª Plenária.

## O 5º Concut

No 3º Concut (Belo Horizonte, 1988) foram introduzidas diversas modificações no estatuto da CUT que alteraram sobretudo o Congresso Nacional da Central. Para esta Plenária está pautada a discussão sobre três questões: o tamanho do 5º Concut, sua data e os critérios de participação.

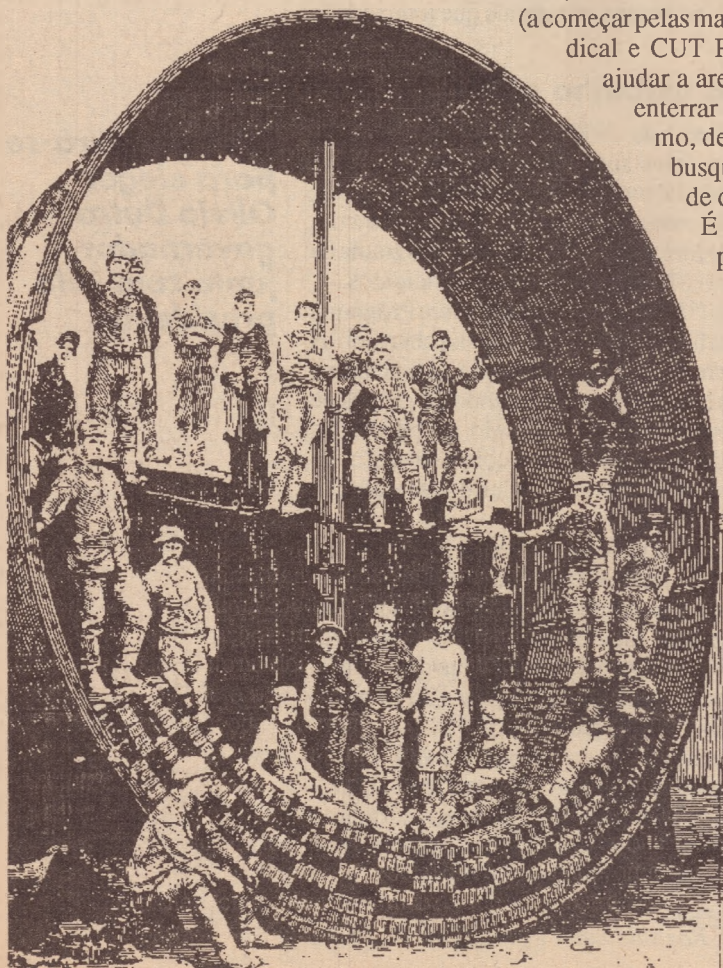
Por ser o congresso que antecede a disputa eleitoral de 1994, é fundamental realizar um evento de peso, com visibilidade, que marque a conjuntura, que anime e arme a militância para o embate do período. Nesse sentido, esse Congresso deve ser amplo - não pode ter o reduzido número de delegados do 4º. Há um certo consenso que a melhor data é abril ou maio de 1994.

Será necessário, além disso, reaproximar da Central os sindicatos de base. Assim, devemos pautar a discussão de alternativas que viabilizem que todo sindicato de base tenha direito a enviar delegados ao Congresso Nacional - fugindo do funil que a atuação das correntes sindicais operam hoje nos congressos estaduais que elegem os delegados ao nacional.

A menos de dois meses da Plenária Nacional, as discussões sobre estes temas ainda são precárias. O papel do conjunto dos militantes cutistas nesses debates é insubstituível e devemos criar as condições para sua participação plena, estimulando o debate, abrindo-o para as categorias e envolvendo toda a base sindical cutista nesse processo.

A CUT faz parte do bloco de forças políticas e sociais democrático-populares. Tem um papel fundamental a cumprir na disputa de projetos que está colocada na sociedade e se acirrará com a disputa eleitoral em 1994. Para tanto, sua capacitação política é fundamental - tanto através do esforço para armar a Central para intervir na conjuntura, como no de qualificar o debate na próxima Plenária Nacional - acumulam neste sentido. □

Miguel Rossetto é membro da executiva nacional da CUT.





# Contruindo o novo rumo

MARCELO BRANCO

**N**o Seminário Nacional da CUT Pela Base de 5 e 6 de julho, finalmente ficou claro que o conjunto das forças que constituem essa corrente sindical não tem mais um campo de acordos estratégicos que permita, pura e simplesmente, sua continuidade.

Quando os militantes da CUT Pela Base identificados com a tendência Democracia Socialista do PT introduziram a discussão da necessidade de avançar em acordos políticos estratégicos que representem o reconhecimento do papel do Partido dos Trabalhadores para o equacionamento dos impasses do movimento sindical cutista, trabalham com a idéia de requalificar programaticamente a CUT Pela Base para as tarefas que estão colocadas para o próximo período.

Nesse sentido, apontam para a necessidade de avançar em formulações sobre a resposta sindical à reestruturação capitalista; a discussão sobre novo sistema de relações de trabalho/contrato coletivo de trabalho; a política de enfrentamento das privatizações e papel do Estado; a posição dos trabalhadores frente a integração econômica (Mercosul); as questões colocadas pela luta no campo; a política para a revisão constitucional; e a construção vertical da CUT.

No lado oposto, um setor da CUT Pela Base (a "Liga Socialista") que tinha se deslocado para uma incorporação ao projeto partidário da Convergência Socialista, trabalhava com critérios onde o elemento central era identificar uma "crise de direção" na CUT, e propor uma política de blocos que operava com a lógica do 50%+1, sem apontar um caminho real para a superação dos impasses programáticos do movimento sindical cutista - incluído os da CPB.

A não priorização da qualificação programática estava em direta relação com a necessidade de justificar um bloco com práticas e políticas muito diferenciadas, que agregando a CUT Pela Base ao PSTU e à Força Socialista, operasse uma mera demarcação com a Articulação Sindical.

A lógica dos companheiros do PSTU é tão simples quanto enganosa: para justificar a necessidade desse partido, tem que se firmar a falência do PT (aqui identificado com a Articulação Sindical) como partido estratégico - o que foi rotundamente desmentido pela trajetória do PT no último ano, inclusive com o resultado do 8º Encontro Nacional.

## Dispersão política

Há já algum tempo a CUT Pela Base vinha demonstrando sinais de dispersão, pela incapacidade de formular políticas mais globais que respondessem a agenda da CUT e pela intervenção nas frentes de atuação sindical (congressos, eleições sindicais), onde os setores que dela participam se apresentaram com políticas diferentes em vários processos.

A CUT Pela Base teve, sem dúvida, um papel importante para o conjunto do movimento sindical cutista. Sua intervenção na CUT contribuiu muito para debates importantes como: a adoção da proporcionalidade para a composição política nos espaços de direção e representação; a proporcionalidade qualificada na perspectiva do combate ao hegemonismo; a unidade de todas as forças cutistas nas disputas frente a outras concepções sindicais e as forças patronais; a visão do objetivo socialista da luta sindical; a recusa aos pactos sociais etc.

Porém, como reconheceu a resolução final do Seminário Nacional da CUT Pela Base: "este conjunto de definições é insuficiente para responder aos desafios do período. Recorrentemente temos nos encontrado com posicionamentos diferentes sobre temas da agenda da CUT. Entendemos que visões sobre estratégia política para o período nos separam, e colocam cada vez mais diferenças, ora de nuances ora de mérito, no enfoque das tarefas".

"Mas esses debates que travamos entre nós, são os próprios debates que estão abertos no movimento sindical cutista. Por isso nos propomos que nesse período de transição da CUT Pela Base, os pontos de acordos se expressem sobre determinada forma de funcionamento, e nossas divergências possam se expressar diretamente na busca de novas composições no movimento sindical e na luta política de massas".

A paralisia de formulação da CPB impedia uma participação plena nos debates do movimento sindical. O próprio seminário foi expressão desta ausência de formulação, tanto que não conseguiu entrar naquilo que é a pauta da CUT para o próximo período, embora tivesse sido marcado também para isso.

A resolução preserva o campo da CPB como campo prioritário de discussão e tentativas de buscar formulações comuns nos seguintes termos:

"Trata-se...de valorizar nosso patrimônio comum e fazer uma experiência de discussão aberta no movimento daqueles temas que, sendo estratégicos, definirão o rumo de nossa construção sindical.

"Nesse período de transição o funcionamento do campo CUT Pela Base se pautará:

- por consultas prévias entre os que o compõem frente aos grandes eventos;
- por uma disposição em considerar esse como o campo prioritário de discussão na busca da explicitação de posições comuns;
- por um esforço de coordenação no cotidiano;
- na explicitação dos acordos gerais ou de setores do campo CUT Pela Base;
- sem que tudo isso signifique que o único funcionamento permitido é aquele que passa pelo crivo do conjunto do campo (com exercício do centralismo)".

## Perspectivas

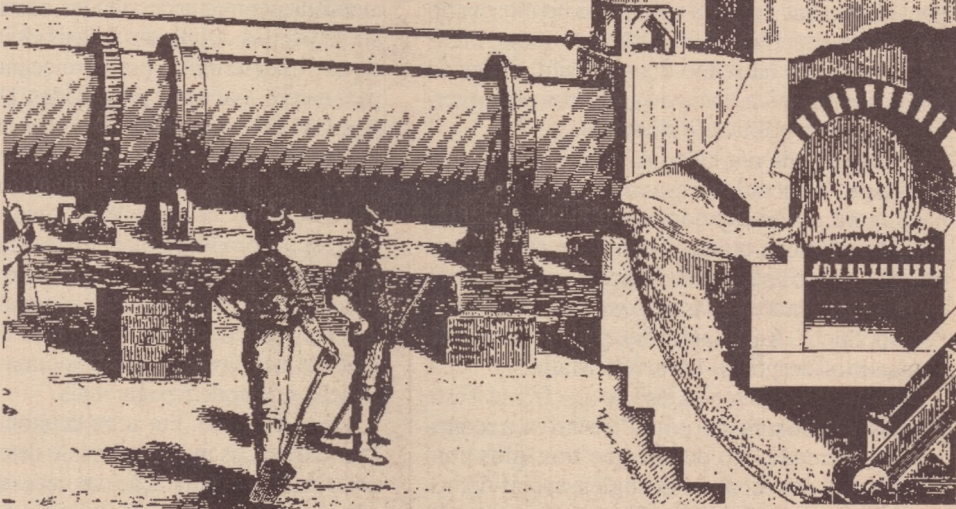
Para além do equacionamento das questões internas da CUT Pela Base, está colocada a tarefa de vincular desde já a militância sindical cotidiana à disputa política global - pautada pelo enfrentamento às políticas neoliberais, pela revisão constitucional, mas sobretudo, pela campanha do Lula 94.

Para essa tarefa, sem dúvida reconhecemos nos setores petistas da CUT Pela Base os principais parceiros, mas não os únicos interlocutores. Com a derrota política que os setores social-democratizantes tem sofrido no último período ao interior do PT, está se desenvolvendo uma consciência política nova, entre diversos setores sindicais petistas, sobre a possibilidade de se estabelecer um pauta de discussão comum.

Não existe espaço, na perspectiva com a qual trabalhamos, para o internismo, nem para visões que buscam na auto-construção o objetivo prioritário da política. Trata-se de responder aos grandes desafios políticos nacionais, coletivamente, já que o movimento sindical cutista atravessa um período da luta de classes no qual está na ordem do dia a disputa de projetos antagônicos na sociedade e a possibilidade concreta de estabelecer-se um governo democrático e popular.

Este cenário se insere numa conjuntura que está marcada pelas primeiras reações mais amplas da esquerda depois da queda do muro de Berlim e o reinado absoluto do neoliberalismo no começo dos 90. O processo político que se delineia no Brasil tem um papel fundamental nessa revitalização das perspectivas da esquerda internacional. Essa é a verdadeira dimensão do que estamos construindo e da nossa responsabilidade. □

Marcelo Branco é membro da executiva da FITTEL.



**A CUT pela Base não se qualificou para intervir no debate em curso na Central.**

**Não existe espaço, na situação em que vivemos, para o internismo e a auto-construção como objetivo.**





# DEFININDO PRIORIDADES

POR ERNEST MANDEL

**Uma alternativa econômica ao mercado pressupõe a definição das prioridades pelo próprio povo.**

**V**isitando o Brasil no mês de maio, a convite da Unesp, Ernest Mandel participou de uma série de atividades, entre elas um debate promovido pela CUT estadual de São Paulo, na sede do sindicato dos bancários, onde proferiu a palestra que publicamos a seguir. Tratado do tema de alternativas de política econômica, ela ganha atualidade no momento em que o PT inicia a elaboração de seu programa de governo para 1994.

A discussão sobre a possibilidade de uma política econômica alternativa não é uma discussão sobre idéias, mas sobre iniciativas possíveis de curto e médio prazo. Ela é a condição e possibilidade da classe trabalhadora se defender contra os ataques capitalistas, passando da defensiva para a ofensiva.

Há um mito, sustentado pela totalidade da burguesia, mas que também influencia no interior do movimento operário: a falsa idéia de que no mundo de hoje não há senão duas possibilidades de política econômica, aceitas e aplicadas por governos e direções políticas e sindicais.

Existiriam, de um lado, as velhas políticas de orientação burocrática. Essa concepção é denominada agora, de forma pejorativa, de economia despótica estatal-burocrática. Uma "economia de comando" onde o Estado decide tudo e é representado por uma cúpula de poucas pessoas, que compõem o "birô político". A idéia geral é que esta economia de comando ou despótico-burocrática falhou.

De outro lado, temos a tese de que frente a este fracasso existe somente uma alternativa, a economia de mercado. No debate que travamos com Alec Nove, um economista inglês, social-democrata de esquerda, foi discutida a existência ou não de um terceiro caminho entre a chamada regulação econômica socialista de mercado e a opção pela

regulação estatal-burocrática da economia. Nove e seus seguidores afirmam que não há alternativas: se não aceitarmos a regulação do mercado, cairemos na solução que levou a URSS ao desastre.

## Nossa alternativa

Nossa resposta a esta visão é que há um terceiro caminho. Neste mundo em que vivemos, não há possibilidade de satisfazer todas as necessidades de todos os habitantes do globo. Trata-se de uma situação que pode ser caracterizada como de escassez relativa de recursos econômicos - relativa porque os recursos são hoje muito maiores do que há cem ou cinquenta anos, mas há escassez porque é impossível satisfazer a todos em suas necessidades.

Todo sistema econômico e toda orientação de política econômica caracteriza-se por mecanismos específicos de determinação de prioridades; caso se atendam algumas necessidades, outras não poderão ser satisfeitas. A questão é quais são as prioridades e quem as determina, qual é o mecanismo concreto para determinar essas prioridades. Uma economia regulada pelo mercado define suas prioridades em função da busca do lucro privado. Por exemplo: são construídas, aqui no Brasil, centenas de milhares, talvez milhões, de casas de luxo que não são ocupadas como moradia permanente, mas utilizadas apenas alguns meses por ano. Isso ocorre enquanto há milhões de pessoas sem casa, morando nas ruas, em favelas e em condições miseráveis. Esta é a consequência inevitável de uma economia orientada para aqueles que podem pagar mais.

De outro lado, em uma economia despótico-burocrática, os mecanismos de determinação das prioridades e a satisfação das necessidades sociais são critérios arbitrários da burocracia, definidos de cima para baixo e motivados pelos interesses da burocracia de defender seus privilégios.

Para nós, a resposta é uma saída onde as prioridades para a utilização dos recursos relativamente escassos vai ser determinada pelo próprio povo, vai ser fruto de decisão da maioria, dos assalariados, dos camponeses, das mulheres, etc.

A possibilidade material ou objetiva de percorrer este terceiro caminho é idêntica ou superior aos outros. Todos os argumentos são possíveis contra esta proposta, menos dizer que ela é impossível. Pode-se investir recursos enormes na produção de armas ou de bens de luxo, quando não há nenhuma razão objetiva para isto, mas não investir na resposta às necessidades do povo? Isso implica uma reorganização, uma redistribuição dos recursos, que já aconteceu várias vezes na história, mas isso é factível.

## Objetivos prioritários

Vamos agora descrever o que implica esta alternativa econômica e social. Vou focalizar o problema de forma muito concreta, não utilizando nenhuma fórmula ideológica. Estamos discutindo sobre comida, saúde, casa e não ideologia ou retórica.

O primeiro aspecto tem a ver com a formulação dos objetivos, pois esta opção de organização econômica significa que as massas populares determinarão, através de mecanismos democráticos, as prioridades para a utilização dos recursos relativamente escassos. Mas conhecendo a reação de assalariados, camponeses pobres, mulheres ou ecologistas, há pouca probabilidade, na grande maioria dos países, de que objetivos totalmente diferentes daqueles que vou enumerar sejam escolhidos pelo povo. Quais vão ser os objetivos prioritários mais prováveis?

Primeiro, eliminar a fome. Hoje calcula-se que existam no mundo quase um bilhão de pessoas passando fome.

O segundo objetivo é dar casas com um mínimo de conforto para todas as pessoas. Essa é uma tarefa titânica aqui no Brasil, implica em eliminar as favelas e as condições desumanas em que vive grande parte da população das grandes cidades.

Terceira prioridade: garantir saúde a todos de maneira igual e sem pagar. Não se pode excluir ninguém, pois as consequências serão desastrosas para toda a humanidade. Novas epidemias estão se desenvolvendo e podem infectar uma boa parte da humanidade nas próximas décadas se esta questão não for resolvida.

A quarta prioridade é a eliminação do analfabetismo. Esta é uma pré-condição absoluta para todos os demais objetivos; não se pode resolver não problema complexo de reorganização industrial ou econômica se a grande maioria dos homens e mulheres não tem um nível de cultura mínimo.

Quinta prioridade: dar terra a todos os camponeses que não a tem. Isto está intimamente vinculado à primeira prioridade, porque não é verdade que há muita gente no mundo e não temos possibilidade de dar comida a todos. A possibilidade de resolução da fome tem como condição que todos aqueles que desejam trabalhar a terra, possam fazê-lo livremente, com dedicação, com iniciativa, não trabalhando para o latifundiário.

Sexta prioridade: eliminar a violência, a repressão massiva contra as camadas populares, contra os camponeses que ocupam terras, contra os operários que fazem greve, contra gente que faz manifestações nas ruas sem armas.

Finalmente, a sétima prioridade: eliminar totalmente o desemprego sem redução de salários. Isso exige uma redução importante na duração da jornada de trabalho.

Temos, pois, uma série de prioridades. É possível acrescentar uma ou outra como assegurar transporte público com conforto e regularidade ou lutar contra a deterioração do meio-ambiente. A questão é estabelecermos 5, 6, 7, ou 8 prioridades, mas não cem, pois isto implicaria em não se ter nenhuma prioridade. E eu não sei de nenhum caso no mundo onde a maioria dos trabalhadores dirão que é mais impor-



tante construir edifícios de luxo do que acabar com a fome. É pouco provável que as pessoas digam isso.

Não é suficiente fazer a lista das prioridades. Isso ainda é muito abstrato. Temos que precisá-las de modo muito concreto em cada país, de acordo com suas características.

Aqui no Brasil, pode-se fazer este trabalho de definição de prioridades e de planejamento de programas um ano e meio antes que o companheiro Lula seja eleito e não depois. Teríamos um governo com planos preparados de antemão e que pode começar a colocá-los em prática desde o primeiro dia de sua posse. Um governo que priorize o atendimento das necessidades mais urgentes dos milhões de trabalhadores, camponeses e pobres do país. Isto é, digamos, o primeiro aspecto da política econômica alternativa.

### Fontes de recursos

O segundo aspecto é sabermos de onde vamos tirar os recursos. O fato é que os recursos existem, evidentemente, mas onde vamos obtê-los? Não vou, aqui, fazer a análise econômico-financeira, mas apenas precisar, de modo simplificado, mas real, as três principais fontes dos recursos necessários para aplicar uma política de satisfação das necessidades mais urgentes do povo.

A primeira fonte é a redução radical da utilização de recursos com objetivos ou destinação destrutiva, através do corte no orçamento militar, da polícia e demais órgãos de repressão. Praticamente todos os países capitalistas destinam pelo menos 10% de todos os seus recursos para as forças armadas. Estes recursos permitem, por exemplo, cobrir as necessidades de um serviço de saúde gratuito e de alto nível.

A segunda fonte é a eliminação total do desemprego dos recursos; não apenas o desemprego humano, mas de terras, de instrumentos de trabalho e a ociosidade na capacidade de produção instalada. É claro que se todos os desempregados trabalhassem normalmente, isso seria uma fonte importante de recursos e na maioria dos países, a capacidade de produção excedente chega a uma média de 25 a 30%.

O caso mais escandaloso é o da produção agrícola. Em toda uma série de países, inclusive os EUA, que são aos maiores exportadores de alimentos, milhões de camponeses são pagos pelo estado para não produzirem. É uma questão de preços, de lucros, é o primeiro modelo econômico que comentamos. Se toda a capacidade produtiva dos camponeses em escala mundial fosse utilizada de um modo prudente, do ponto de vista ecológico, a questão da fome estaria resolvida. Há muitos estudos de agrônomos, inclusive os das Nações Uni-



das, que confirmam isso.

Em países como Brasil ou México, soma-se a isso a questão da reforma agrária, ou seja, a cessão de terras para todos aqueles que desejam produzir, mas não podem porque não tem acesso econômico (e não necessariamente jurídico) à propriedade.

A terceira fonte - que evidentemente é a mais problemática e a mais real - é a redistribuição dos recursos monetários e da da propriedade privada. Redistribuição parcial, pois ninguém propõe eliminar totalmente toda propriedade das famílias. Mesmo se tivermos uma revolução socialista não o faremos. Não é uma revolução socialista que está na ordem do dia no Brasil, mas mesmo uma reforma real implica aqui em uma redução importante da concentração de riquezas. Os companheiros de origem cristã podem entender isso, pois se trata de uma ação cuja moralidade é evidente.

O Brasil é hoje o país do mundo em que a desigualdade social é mais alta. Maior do que os EUA, Alemanha ou qualquer outro país do mundo. Aqui os 20% mais ricos detêm uma renda per capita 26 vezes superior aos 10% mais pobres. Isso é inaceitável do ponto de vista socialista, cristão ou humanista. Isso é um tremendo crime quanto implica tanta miséria humana. E é um problema não apenas moral mas também econômico. É fácil demonstrar que a renda nacional, que o produto nacional, que a taxa de crescimento, aumentaram se houver uma redistribuição da riqueza.

### Resistências

Haverá resistência dos ricos a esta redistribuição? Evidentemente que haverá, como haverá resistência dos latifundiários contra uma reforma agrária. A existência de resistências não implica de maneira nenhuma na impossibilidade de aplicar este programa; implicar somente em uma coisa, uma opção política, a vontade de tomar estas decisões.

Agora, se alguém pensa que a prioridade política absoluta é a manutenção do consenso com a burguesia, utilizando o parlamento, as eleições, fazendo pequenas reformas e nada mais, então nada do que discutimos será realizado. Bastará que a alta burguesia e os latifundiários digam não para que o governo de esquerda capitule, abrindo mão de seus objetivos.

Mas esse governo pode dizer: isto é um aspecto fundamental da democracia e da liberdade - a maioria do povo tem o direito de optar sobre algumas soluções, inclusive quando a burguesia não gosta. Isto é um direito democrático sagrado, é o direito da maioria. A opção de um governo de esquerda tem que ser estar ao lado do povo, não aceitando nenhuma repressão, nenhum freio à mobilização independente das massas para lutar.

A grande dificuldade para realizar estas prioridades é político-psicológica. A maioria da população concorda com as prioridades levantadas aqui. Mas de que forma? No discurso, no pensamento, eis o problema. O que nós devemos tentar realizar é uma intervenção, mobilização social e política prática para expressar essa convicção. Essa é a diferença. A dificuldade é ultrapassar a passividade, a atomização do povo.

Não é verdadeira a visão que diz que a maioria da população aceita os modelos da burguesia difundidos pelos meios de comunicação. Nosso principal inimigo não é a força da burguesia, mas sobretudo o ceticismo dos trabalhadores em relação aos políticos e seu abstencionismo da atividade política, a apatia e a falta de mobilização. Daremos um passo modesto, mas importante, se conseguirmos a participação ativa de uma parte da população para realizar estas tarefas elementares. □

## A dimensão internacional

*Há um mito que afirma que os EUA controlam toda a economia e a política mundiais. Isso é absolutamente falso. Há muitas contradições entre as burguesias; muitos setores da economia mundial não*

*são controlados pelos EUA. Concretamente, um governo de esquerda num país como o Brasil terá possibilidades de negociar e obter recursos no resto do mundo, explorando de forma consciente as contradições inter imperialistas em escala mundial.*

*Evidentemente, a oposição a um governo de esquerda, mesmo muito moderado, será internacional. Acredito que se formará uma*

*grande coalização das forças conservadoras do mundo para impedir que neste país nasça uma solução que conteste a inevitabilidade do domínio do mercado. Mas existem no mundo formidáveis aliados potenciais. Vamos tomar dois elementos importantes nesta discussão: a luta contra a fome e a luta contra o desemprego. Se um governo de esquerda dirige-se aos sindicatos europeus para dizer: "nós estamos a curto prazo acabando com o desemprego. Vocês concordam com isso? Vocês concordam que nosso governo deva ser perseguido por isso? Vocês também não querem acabar como desemprego?", o eco dessa luta não será zero. Imaginem vocês se um governo de esquerda no Brasil se dirigir a todos os países da América Latina, da África, da Ásia e disser aos habitantes desses países: "nós estamos eliminando a fome a curto prazo, vocês concordam que nosso país seja sacrificado por causa disso? Vocês não desejam colaborar conosco neste esforço?" E a resposta será, na minha opinião, moderadamente positiva.*

*Haverá pressões, fortes pressões, mas o Brasil não é a Nicarágua. O Brasil é um grande poder industrial e econômico. Apesar de ser um país do Terceiro Mundo, o Brasil tem o que oferecer aos trabalhadores e aos camponeses pobres do mundo, especialmente com um programa de emergência como o que nós expusemos aqui. Se o governo brasileiro disser: nós não temos que ser castigados por eliminarmos a fome e o desemprego, isso terá repercussões. Se isso for verdade, terá um eco formidável no mundo. A classe trabalhadora internacional pode estar cética sobre a necessidade do socialismo, mas não é cética sobre a necessidade de eliminar a fome e o desemprego. Isso interessa a centenas de milhões de pessoas. Eu não sou contra o discurso ideológico, a educação política, ela é necessária. Mas o essencial não é a educação política, nem a retórica, mas a realização prática.*



# Contradições da unificação

FRANCISCO LOUÇÃ

**F**rancisco Louçã é economista, dirigente do Partido Socialista Revolucionário português e membro do secretariado unificado da Quarta Internacional. Durante sua estadia no Brasil, por ocasião do 8º Encontro Nacional do PT, ele nos falou sobre as contradições, os impasses e as perspectivas do processo de unificação europeia, tal como modelado pelos acordos de Maastricht.

**Qual é o impulso básico para o processo de unificação europeia e suas contradições fundamentais?**

A unificação é uma notável aquisição da burguesia europeia. Ela começou nos anos 50 e 60 a partir de idéias gerais contidas no Tratado de Roma, com a unificação dos mercados de carvão e aço e partiu, depois, para uma política agrícola. Outra iniciativa foi a de colocar em movimento algumas políticas industriais e econômicas mais subordinadas. Isso foi uma tentativa de fuga para frente a partir da recessão dos anos 74/75, que muito rapidamente se apoiou em alguns avanços políticos. Em 1979 tivemos a eleição para o parlamento europeu, que foi uma primeira tentativa de encontrar alguma forma de legitimidade pública para um organismo que tinha muito pouca capacidade soberana, mas que precisava constituir a idéia da Europa e seu desenvolvimento.

Nos anos 80, os dois fatos mais importantes são a aprovação do Ato Único, que reorganiza os meios de decisão dentro da CEE, e o alargamento da Comunidade, com a entrada de novos países (em 1986, ela passa a ter 12 países com a entrada de Portugal e Espanha). Quando o mercado único começa a se tornar algo real, tem-se um deslocamento das políticas agrícolas para as políticas econômicas mais abrangentes, políticas industriais, a reconstituição do sistema cambial interno. Ou seja, ao longo dos dezessete anos de desenvolvimento da onda longa depressiva, depois de 1974/75, a burguesia europeia conseguiu um sucesso relativamente significativo na resposta às grandes contradições que enfrentou, porque respondeu a elas de forma minimamente unificada, conquistando avanços importantes na constituição da comunidade.

Mas este processo tem grandes contradições. Há uma contradição política, porque não há hoje condições de legitimar uma transferência de soberania para organismos supranacionais que organizem as relações entre os Estados-Nação de modo aceitável para as principais potências. Há, portanto, uma grande dificuldade de promover os grandes passos que seriam necessários para avançar na coordenação econômica e política. Neste campo, o processo de Maastrich introduziu contradições fundamentais, porque trouxe com peso aspirações originárias do movimento popular e da própria mobilização das populações. A dificuldade deixou de ser somente uma ou outra burguesia mais poderosa se reconhecer num órgão supranacional para ser um processo de rejeição disso por partes importantes da população.

Além disso, esse processo apresenta contradições sociais. Ele vinha se desenvolvendo dentro de um processo de enfraquecimento do Estado do bem-estar social, com a diminuição dos orçamentos sociais, ataque aos direitos dos trabalhadores. Isso é visto como um salto na flexibilização do capital, que impõe uma restrição sobre a mão de obra e sobre o mercado de trabalho. Isso vem ocorrendo principalmente com o setor dos imigrantes, pelo desenvolvimento do racismo, e com medidas policiais mantidas pela própria comunidade, como os acordos de Schengen e Trevis.

E há, por fim, as contradições econômicas. O Tratado de Maastrich propõe um novo grande salto em frente, mas esse processo não está ainda consolidado do ponto de vista econômico, não existe ainda um tal grau de integração real entre as economias mais dinâmicas que permita um processo de centralização das políticas sociais e monetárias, como a constituição do Banco Central Único Europeu. Isso exige um processo de coordenação política econômica, com a diminuição dos gastos públicos de vários países, o deficit orçamentário tem que ser redimensionado, a inflação não pode ultrapassar de um determinado nível e portanto o Estado deveria deixar, em

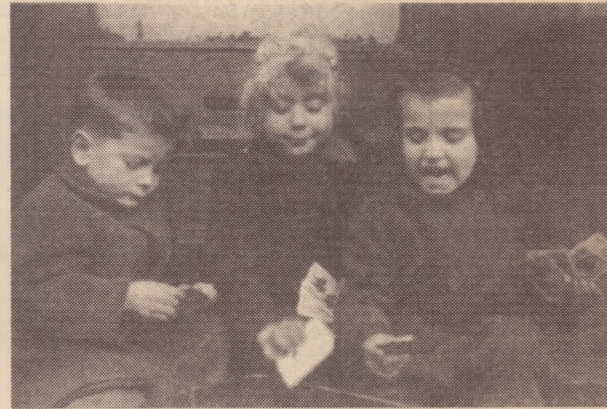
muitos campos, de atuar sobre áreas importantes que definem a lei do valor em cada país. Mas não existe ainda a uma burguesia transnacional que dê suporte social a um organismo deste tipo, de modo que esse projeto de constituir uma moeda única em 1996 ou, em última análise, em 1999 vai se afirmando cada vez mais como uma fantasia

**Em relação aos acordos de Maastrich a derrota na Dinamarca já impôs recuos e modificações?**

O processo da Dinamarca foi muito importante, mas o da França não fica atrás; aí a vitória foi obtida por apenas algumas centenas de milhares de votos, 51% a 49%. É muito expressivo que esta perspectiva de constituição de uma estrutura única e

**A unificação é uma notável conquista da burguesia europeia, que lhe permitiu enfrentar melhor a crise.**

**A unificação econômica foi muito longe, e não pode ir mais longe com a crise, e a unificação política não pode avançar.**



centralizada na Europa tenha dividido o eleitorado ao meio, accentuando a rejeição e a desconfiança de setores importantes da população frente aos políticos.

Devemos destacar que como o Tratado de Maastrich é demasiadamente irreal para a capacidade objetiva da burguesia europeia, abriu-se um campo muito grande de flutuações na própria letra do tratado.

Assim, quando o governo francês o submete ao referendun, não submete exatamente o próprio tratado, mas uma versão modificada, aceitando as aspirações da extrema-direita no sentido de enfraquecer os direitos legais dos imigrantes dos outros países da comunidade, restringindo o direito de cidadania no país.



Na Dinamarca, depois da primeira derrota, o governo conseguiu obter da Comunidade uma série de concessões que desfiguraram completamente o tratado. Aí, eles conseguiram isentar-se da política monetária comum, das políticas ambientais, das políticas de segurança, das políticas de cidadania europeia; introduziram cláusulas essenciais que esvaziaram por completo o tratado. Hoje em dia creio que todos tem consciência clara que defendem o Tratado de Maastrich por uma questão de honra pública, de salvar a face, porque o Tratado não tem capacidade de ser aplicado. O conjunto das regras de restrição orçamentária e políticas monetárias e fiscais que dariam a possibilidade de se ter uma moeda única em 1996, atualmente só é cumprido por um único país, Luxemburgo; nem a Alemanha consegue, com a recessão, cumprir todas as suas cláusulas. A moeda única não tem possibilidade de efetivação em 1996.

#### O que é o chamado déficit democrático da comunidade?

A lógica política desse processo supõe que a transferência de atribuições das instituições de soberania dos estados naci-



onais para organismos supra-nacionais vem acompanhada, em alguma medida, por uma transferência das formas de legitimação do terreno nacional para o internacional. Isso tem sido feito na eleição do parlamento europeu, mas é uma ficção, por que o parlamento europeu é um organismo com muito pouco poder substancial, pouco respeitado e muito pouco atuante. Elabora relatórios, discute, mas não tem nenhuma capacidade de influir decisivamente os organismos centrais de decisão, digamos toda equipe, o ministério, que são comissários designados em cada país pelo seu governo. Este é realmente o organismo essencial da comunidade, onde comissários negociam, com os ministros que administram cada uma das pastas, os programas, a política industrial, agrícola, financeira

portanto. Os organismos de decisão executiva são estas estruturas, mas o salto que é preparado para um governo supranacional não conseguiu encontrar nenhuma forma de legitimação mais eficaz.

A falta de legitimidade do parlamento europeu é muito grande; é uma das eleições da Europa com menor participação popular, sendo raro o país em que o parlamento europeu é eleito com mais de 50% de participação eleitoral - muito menos do que a participação para a eleição do órgão legislativo nacional que depois elegem o governo. Há um desajuste que não pode ser permanentemente resolvido através de campanhas publicitárias. Cada vez mais as decisões são tomadas violentamente, sem qualquer consulta democrática e sem qualquer suporte de uma discussão pública.

#### E a burguesia está tentando encaminhar alguma resposta a isso?

Atualmente é natural que isso seja discutido, porque a noção de que se deve ser democrático era uma espécie de flor na labela de todos os dirigentes burgueses na Europa, apesar deste discurso já começar a perder credibilidade. O processo de Maastrich alertou dramaticamente para este problema, e não há nenhum governo europeu que não tenha consciência de que estão sendo acumuladas tensões e, portanto, que é perigoso continuar um processo que é um dos fatores de desagregação do sistema parlamentar na Europa - um processo de alienação de convivências, perda de controle de capacidades de decisão.

Mas não se viu, até agora, da parte dos políticos europeus, nenhuma solução para este problema, que é quase uma quadratura do círculo, porque aumentar o poder do parlamento europeu - por exemplo, para dar mais substância a sua eleição - significa aumentar muito a assistência dos grandes países aos pequenos Estados. Nos pequenos países existe a idéia de que as decisões tem de ser contratuais e não podem ser tomadas num foro plebiscitário - senão 100 milhões de alemães vão asfixiar dez milhões de portugueses ou menos ainda de irlandeses. Os grandes países não podem impôr decisões sobre outros.

No fundo, a essência do problema é que a construção econômica foi muito longe - e dificilmente pode ir mais longe nesta crise - , e a constituição política, que dá suporte a este processo, não pode avançar.

#### Quais são as alternativas no campo da esquerda?

Creio que a luta por uma alternativa passa por defender a inversão do processo de constituição da comunidade - passarmos a dizer que a unificação européia é um objetivo importante para a destruição das barreiras à sociedade do bem-estar, do ponto de vista da radicalização das conquistas mais avançadas do movimento operário, desenvolvimento democrático, dos imigrantes, etc. Esse processo de constituição européia pode e deve ser uma radicalização das conquistas sociais.

Mas é preciso começar pelo princípio e não pelo fim, o processo tem que ser iniciado pela constituição política, tem que haver um acordo consagrado entre as nacionalidades e os povos sobre que Europa que se trata em constituir. Trata-se verdadeiramente de constituir, no sentido rigoroso da palavra, um processo que daria espaço para entrada dos países do Leste, com um alargamento de fronteiras; a recusa de uma racionalidade de exploração (que é aquela que você tenta impor em relação ao Leste); a defesa das conquistas de direito democrático e não lógicas de exploração e as políticas de diferenciação funcional e de acentuação do desenvolvimento desigual, etc.

Portanto, um processo político seria aquele que permitiria a esquerda assumir-se como construtora de uma outra unidade européia, com o respeito as estruturas nacionais que são autônomas, garantindo a capacidade de desenvolvimento das reivindicações sociais e econômicas.

Entretanto, hoje em dia, esta é uma luta política de minorias, é uma afirmação da capacidade crítica. Os passos concretos que podem ser dados são aqueles enfrentam e resistem contra o processo possível, digamos assim, de unificação - aquele que abstrai os direitos nacionais, os direitos sociais, os direitos democráticos. A resistência social está sendo constituída nesse patamar, principalmente a partir das campanhas na Dinamarca sobre Maastrich, na luta da esquerda nacional na França etc.

Mas se no momento atual não há uma alternativa de esquerda que permita inverter esse processo de unificação, não devemos perder de vista que ele tem tais contradições e o cenário pode vir a se alterar drasticamente que uma esquerda crítica pode vir a se constituir como alternativa. □

**A unificação das moedas é um objetivo inatingível para 1996.**

**O parlamento europeu não tem nenhum poder mais efetivo sobre as decisões da comunidade.**

**Um processo político seria o único que permitiria constituir uma outra unificação européia.**



**SÃO PAULO:**

**Luta contra Maluf**



Após 6 meses de governo, Maluf já começa a experimentar o desgaste de uma gestão que tem deixado nítido o corte anti-popular de suas prioridades. Mais importante do que isso, os movimentos populares têm iniciado no último trimestre uma série de mobilizações que, de forma crescente, corrói o prestígio de Maluf e sua fama de "administrador competente". O próprio PT, fortemente atacado durante a campanha eleitoral, tem conseguido crescer, saindo de uma posição defensiva para uma situação mais favorável junto a amplos setores da população da periferia mais pobre da cidade.

"Tirar dos pobres para dar aos ricos" é o mote principal que movimentos populares e setores democráticos têm utilizado para popularizar a opção nítida do Maluf pelo investimento de vultosos recursos para a realização de grandes obras de infraestrutura. A conclusão do túnel sob o rio Pinheiros e a ampliação da avenida Faria Lima, as duas voltadas para a melhoria da circulação de veículos em regiões nobres da cidade e a custos elevados têm sido o eixo central do programa de governo do Maluf, que se completa com o sistemático desmantelamento dos programas sociais voltados à melhoria das condições de vida da população pobre da cidade, como saúde, merenda, educação fundamental e creches.

O desmonte e a privatização da CMTC e da gestão pública sobre o sistema de transporte coletivo tem encontrado barreiras importantes não apenas na resistência dos trabalhadores do setor, mas na própria opinião pública impactada pela brusca queda de qualidade e elevação do preço do transporte na cidade.

As lutas parciais e fragmentadas do primeiro semestre vão cedendo passo para uma nova fase de enfrentamentos com um patamar mais elevado de unidade política e com a condução mais ostensiva do PT constituindo um amplo movimento político pluri-partidário, democrático e popular de resgate das conquistas sociais e políticas alcançadas durante a gestão petista na prefeitura. Milhares de ativistas do movimento social, do funcionalismo, dos partidos têm ganho as ruas para exigir a reversão da política de governo conservadora de Paulo Maluf.

*Félix Sanchez é membro da Executiva Municipal do PT-SP*

**BAHIA:**

**Congresso do Sittel**



Ao longo dos anos oitenta, os trabalhadores do sistema TELEBRÁS, organizados em sindicatos cutistas e na FITTEL, ofereceram ao movimento sindical exemplos de combatividade e democracia, como a adoção da proporcionalidade quali-

ficada na composição da direção e pelo sistema colegiado, além de lutas e conquistas reais.

Em processo de preparação do seu congresso nacional, os telefônicos baianos realizaram seu congresso estadual nos dias 11, 12 e 13 de junho, aprovando resoluções bastante avançadas. Além das deliberações sobre conjuntura e plano de lutas, eles aprovaram três outras resoluções importantes.

A primeira resolução é a inclusão, como regra estatutária, da proporcionalidade direta na base como critério de composição da direção, 20% no caso de duas chapas e 10% para mais de 3 chapas.

A segunda, provavelmente inédita no movimento sindical brasileiro, foi a criação de uma secretaria de negros, uma iniciativa concreta voltada para o combate ao racismo. A aposta na organização autônoma dos negros foi concebida como a perspectiva da "unificação das lutas dos negros contra a discriminação racial, e de todos os grupos discriminados, em um grande movimento de massas, de caráter estratégico...ressaltando a necessidade de que o movimento dos trabalhadores reconheça as inestimáveis contribuições da população afro-brasileira, de suas tradições simbólico-culturais e de sua resistência contra o racismo e a exploração".

A terceira resolução foi a criação da secretaria de mulheres, acompanhada da adoção da cota mínima de 30% de mulheres na direção. Depois da adoção da política de cotas no PT, o SINTTEL-BA é, provavelmente, o primeiro sindicato cutista a adotar tal critério nos seus estatutos. A política de ação afirmativa foi adotada a partir da noção de que "a emancipação das mulheres, enquanto luta específica deve ser incorporada às bandeiras gerais, aglutinando com outras manifestações de cunho específico... É necessário, que o movimento sindical assuma as reivindicações dos setores discriminados, fortalecendo sua ação política, seu projeto de mudança radical da sociedade, rumo a uma sociedade socialista".

*Afonso Florence, historiador e professor da UCSAL, e Augusto Sérgio São Bernardo, assessor sindical.*

**CANOAS:**

**Oposição se fortalece**

No dia 13 de maio foi realizada uma convenção que escolheu a chapa da CUT, que vai disputar as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS), nos dias 27 e 28 de setembro. Cerca de 600 trabalhadores metalúrgicos participaram da convenção para compor a Chapa 2, demonstrando a unidade e consciência dos metalúrgicos de Canoas.

A Chapa 2 representa o esforço do sindicato na construção das instâncias da CUT, particularmente no Vale dos Sinos.

Os integrantes da Chapa 2 têm tido um papel decisivo na construção da unidade dos metalúrgicos no estado e um compromisso com a manutenção da CUT enquanto uma central classista, democrática e de luta.

Lamentável, porém, tem sido a participação do deputado Paulo Paim como vice-presidente da chapa 1. Além desta chapa representar os interes-

ses do patronato, tem recebido apoio de sindicatos pelegos, ligados à Força Sindical.

As eleições em Canoas expressam o debate mais geral de projetos distintos presentes no movimento sindical, assim como os procedimentos de recomposição no interior das correntes sindicais.

A oposição representa um campo plural de forças, identificadas com a necessidade de retomar a ofensiva ao neoliberalismo através de uma ação sindical profundamente democrática, enraizada na base, classista e capaz de enfrentar o desafio da cidadania.

*Freitas - presidente da Chapa 2 (CUT vale dos Sinos); Nelsinho - vice da Chapa 2 (Federação dos Metalúrgicos); e Marco Maia - secretário de política sindical da Chapa 2 (Executiva CUT-RS).*

**EM TEMPO:**

ASSINATURA ANUAL (10 edições).....Cr\$ 500.000,00

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:.....Telefone.....CEP:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe, Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo-SP CEP: 01151-000 Tel. 66-5550



# Burocracia: a quem ela serve?

LUCIANA RODRIGUES E PEDRO GALINDO

**D**entre os diversos instrumentos de legitimação da sociedade de classes e, em nosso tempo, do Estado capitalista, o Direito e sua ferramenta institucional, o Poder Judiciário, ocupam lugar destacado, especialmente em decorrência de sua aparente neutralidade.

Numa organização estatal tripartida, onde dois poderes são ocupados por políticos, ao terceiro caberia a "reserva moral, a isenção frente aos interesses individuais ou mesmo coletivos, a guarda da ponderação e do equilíbrio". Para tanto, seus membros deveriam ser elevados à condição de deuses, ditando o direito dos mortais do alto de seu Olimpo, longe das fraquezas humanas.

Não é somente do senso comum a ilusão acerca da neutralidade do Judiciário. Os próprios juízes, afora os poucos conscientemente posicionados, acreditam que sua função é apenas "aplicar a lei", esquecendo-se da identidade dos produtores desta lei. Toda norma, criação humana que é, reflete uma forma de encarar a realidade. Assim, na medida em que nossa visão da realidade é nossa ideologia, toda norma tem um conteúdo iminentemente ideológico, expressando, sempre, um interesse de classe.

## Burocracia

Mas o Judiciário não é feito somente de decisões judiciais (sobre escolha de juízes ver *Em Tempo* nº 264). Antes de uma sentença, boa ou má, temos pela frente uma estrutura completamente paralisada, de custo alto e acesso caro, dotada de funcionários mal remunerados e de uma infinita rede burocrática de procedimentos, que regulam desde a largura das margens da petição até o último recurso. Há, também, a complexidade do processo judicial, cheio de formas exigidas, de termos técnicos, palavras em latim, carimbos, papéis e de preconceitos.

É natural que tal burocracia sirva exclusivamente aos interesses dos devedores, como os empregadores e os sonegadores. Serviria até mesmo para os trabalhadores nos casos em que estes são processados, mas nessas ações os interesses das classes dominantes falam mais alto.

Tudo isso resulta numa média de cinco anos para a resolução de uma ação trabalhista e de até vinte anos para a tramitação completa, por exemplo, de um inventário, um usucapião, uma ação de indenização.

Como diz o ditado, "criam-se dificuldades para venderem facilidades", e aí estão os advogados, as custas processuais, os funcionários do Judiciário, inclusive juízes, promotores, defensores, carros oficiais, faculdades e professores, editores e toda uma indústria bastante cara para o coletivo social e para o indivíduo que, lesado, procura a "justiça" e torna-se vítima novamente.

Diante deste quadro caótico inúmeras têm sido as tentativas de acelerar o andamento das ações judiciais, desde a simples abertura de mais ofícios, varas e juntas até a adoção de dois juízes por Junta, como vem sendo experimentado em São Paulo, passando pelos mais variados artifícios, mas nunca investigando as causas mais profundas da paralisia judiciária.

O Judiciário destina-se, antes de tudo, a criar uma aparência de que a justiça existe. Não foi feito para ser eficaz de fato, mas para gerar nas classes dominadas a sensação de igualdade frente ao poder econômico. Foi feito para servir de máscara, fachada; nunca um real poder, nunca um distribuidor de justiça. Nosso desafio é precisamente construir uma sociedade onde a população produza e distribua, ela mesma, justiça.

## Democratização

No entanto nossas angústias não podem ser adiadas e, se temos condições de diminuir o nível de exploração a que estão submetidas grandes parcelas da população, em virtude do emperramento da máquina judiciária, é nosso dever apontar soluções.

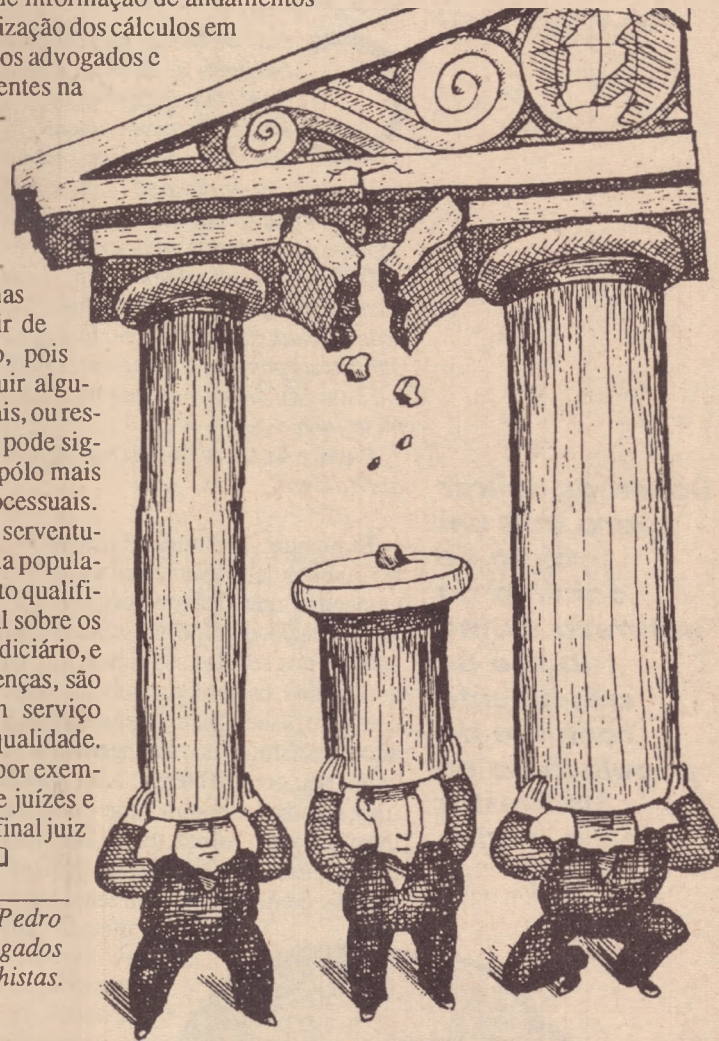
A adoção de medidas processuais coletivizantes, como a substituição processual (ver box), diminui a quantidade de processos nos foros. A informatização massiva, com a aceita-

ção de petições computador-telefone-computador e a massificação dos serviços de informação de andamentos processuais, a padronização dos cálculos em sistemas repassados aos advogados e muitos outros expedientes na área da informática podem aumentar substancialmente a produtividade de todos os envolvidos.

A revisão no sistema de recursos urge, mas deve ser feita a partir de uma longa discussão, pois simplesmente extinguir algumas modalidades atuais, ou restringi-las fortemente, pode significar uma perda ao pólo mais frágil nas relações processuais.

A remuneração dos serventários e a cobrança, pela população, de um atendimento qualificado, o controle social sobre os gastos e a receita do Judiciário, e mesmo sobre as sentenças, são ferramentas para um serviço público gratuito e de qualidade. Tornar transparente, por exemplo, a remuneração de juízes e ministros de justiça, afinal juiz pobre, só na novela. □

*Luciana Rodrigues e Pedro Galindo são advogados trabalhistas.*



## Substituição processual

*Na constituinte de 1988 diversos debates acalorados tiveram como tema os direitos coletivos e suas formas de representação. Destas discussões, algumas vitórias foram alcançadas pelos movimentos populares, uma delas, garantida no art. 8º, dizia respeito à possibilidade de entidades sindicais representarem judicialmente, interesses individuais e coletivos de suas categorias, atuando como substitutos dos trabalhadores.*

*É importante chamar a atenção para o fato de que, para a "instituição" judiciária, a possibilidade de ter um único processo judicial para um universo de, por exemplo, 1.000 trabalhadores, significa a redução real da quantidade de trabalho, algo frequentemente reivindicado pelos juízes.*

*Para os trabalhadores, individualmente, significa, entre outras coisas, uma proteção frente às represálias, que certamente ocorrem em caso de ingresso nominal com uma reclamação trabalhista.*

*Evidentemente tal conquista, um reconhecimento da importância das entidades sindicais, desagradou profundamente os empresários que, rapidamente, passaram a desenvolver seus lobbies junto ao Poder Judiciário, no sentido de tornar inaplicável*

*este dispositivo legal. Muitos eventos desenvolveram-se até o presente. Desde as mais diversas interpretações do que significava o texto da substituição processual até a pura negação, por parte dos juízes, de sua existência.*

*Não obstante tais oposições, os sindicatos insistiram em propor ações em que figuravam como substitutos, obtendo diversas conquistas judiciais, que passaram a reconhecer que o que estava escrito claramente na Constituição Federal era o que realmente estava escrito na Constituição Federal.*

*Mas, o Tribunal Superior do Trabalho, não contente com todos os seus poderes, resolveu assumir papel de legislador. Passando por cima das inúmeras decisões favoráveis dos tribunais regionais do trabalho e da competência exclusiva do Congresso Nacional para elaborar leis, aprovou um enunciado (norma que deveria representar a maioria das decisões), de nº 310 que, praticamente, acaba com as possibilidades de substituição processual.*

*É o Poder Judiciário mostrando que, se é a representação da justiça, é cego por estar ofuscado pelo brilho do ouro.*



# Rumo à catástrofe?

CÉSAR BENJAMIN

**C**ésar Benjamin foi escolhido para dar forma a um conjunto de debates promovidos por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92). A partir dos relatórios de mesas-redondas e 25 horas de gravações, produziu um diálogo - onde um expositor, mais favorável às contribuições da ecologia, polemiza sobre vários temas com um comentador, mais crítico a essa abordagem.

*Diálogo sobre ecologia, ciência e política (RJ, Nova Fronteira/UFRJ/UNESCO, 1993) aborda, em seis capítulos e 220 notas, temas como a perspectiva ecológica para o planeta, a questão da população, a biodiversidade, a Amazônia, o clima e a situação do ser humano na relação com a sociedade e o meio-ambiente.*

*Publicamos, a seguir, a colocação inicial do expositor, que abre o livro.*

**Devemos deixar para trás um projeto de domínio da natureza e uma ilusão de crescimento contínuo da população e do bem-estar social.**

Expositor - No início da era moderna, depois de diversas revoluções de pensamento, foram lançadas as bases da imagem atual que fazemos do mundo: finito, solto no vazio, arredondado, perdido na escura imensidão do cosmo. Naquela época e nos séculos seguintes, quando essa representação se consolidou, os homens estavam longe de conhecer e dominar o próprio planeta, para eles ainda sem limites visíveis. Por isso, não associaram à nova imagem uma idéia que agora se impõe, como seu complemento: a da fragilidade da vida humana, impressada - sabemos hoje - numa fina lâmina de água, de terra e de ar. Talvez tenha sido necessário ver a Terra do espaço, descobri-la pequena e "azul", dominada por mares, massas continentais e nuvens, para poder dar início nesta segunda metade do século XX a mais uma reviravolta radical na percepção de nosso próprio lugar: somos uma espécie entre outras, vivendo numa nave errante, cujo bom funcionamento todos - microorganismos, plantas, animais e seres humanos - dependemos por igual. É dessa nova revolução de pensamento, em curso, que trataremos em nossos debates.

O modo de pensar que, nos últimos séculos, exaltou a racionalidade do homem e ajudou a aumentar sua potência produtiva torna-se agora, e cada vez mais, um obstáculo. Estamos deixando para trás a idéia de uma natureza inesgotável e externa a nós mesmos, para enfrentar

uma realidade na qual os recursos se tornam escassos e a defesa de toda a vida se impõe, tendo em vista a nossa própria proteção e segurança. Dessa racionalidade, de que com justa razão nos orgulhamos, deve restar, principalmente, o sentido de responsabilidade para com o destino comum, deixando para trás um projeto de domínio da natureza e uma ilusão de crescimento contínuo de nossa população e nosso bem-estar material.

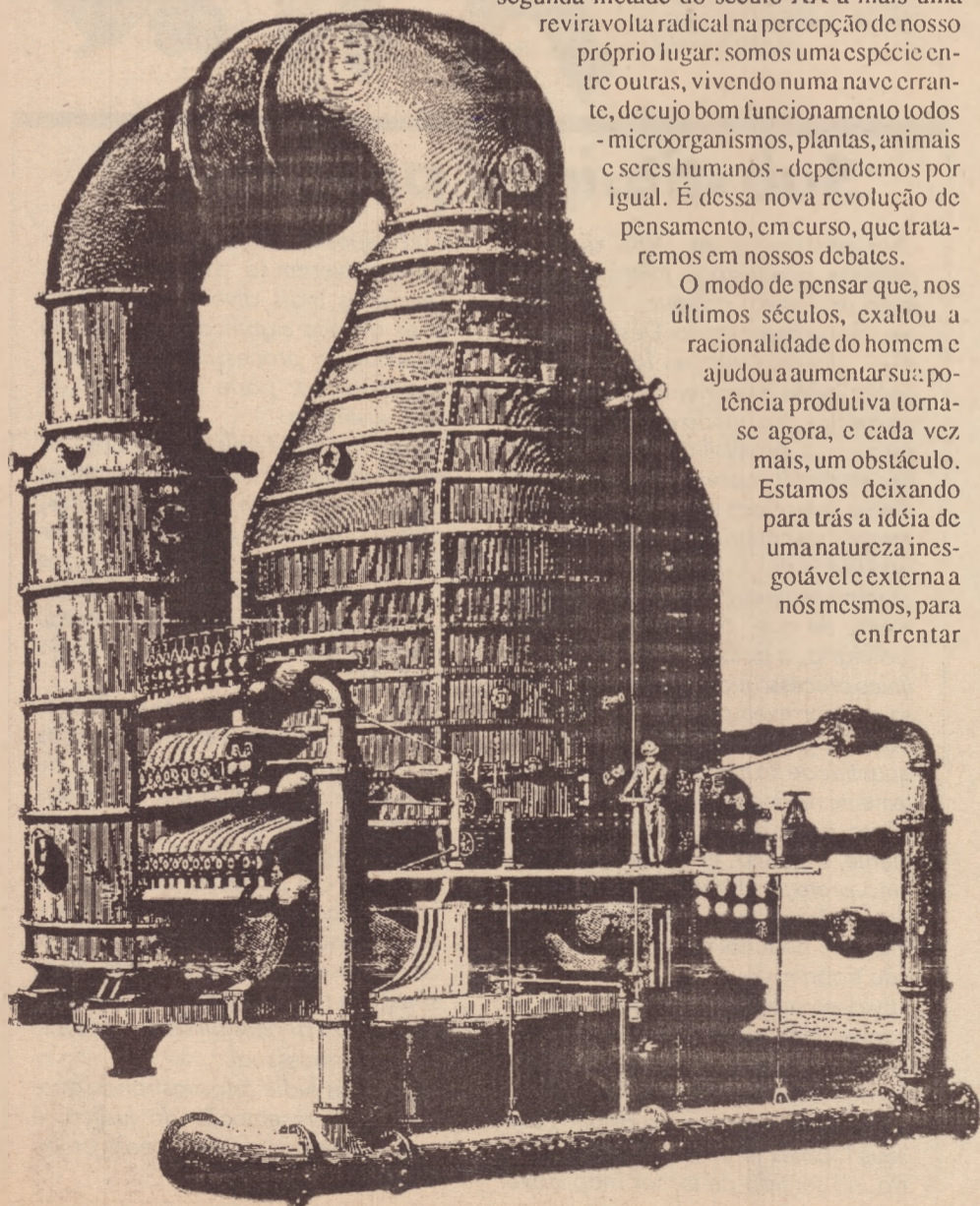
Reconheço que é difícil mudar um modelo que, em passado ainda recente, obteve grande êxito, pelo menos sob certos pontos de vista. Os custos a ele associados, embora crescentes, não foram devidamente percebidos por todos. Mas já é tempo. A indústria, além de bens, produz resíduos que se acumulam na terra, ar e mares, grandes lixeiras dos homens. A agricultura cobra o preço da destruição de florestas e da degradação dos solos: a cada ano, 11 milhões de hectares de matas têm desaparecido e 6 milhões de hectares de terras produtivas se transformam em desertos inúteis. A própria queda da mortalidade está associada a uma explosão demográfica que já deixa à vista os limites físicos da Terra.

Até os tempos atuais, sempre se podia abrir uma nova fronteira e prosseguir numa espécie de fuga para a frente. Ocuparam-se praticamente todas as terras emersas, sem maiores preocupações. Eram vastas. Unificou-se a economia mundial, assim dinamizada. As comunidades humanas e a maioria dos ecossistemas foram duramente afetados pela constituição desse mundo, todo povoado e interligado, processo que reafirmou o predomínio das relações de poder de uns grupos sociais sobre outros, de umas sociedades sobre outras e da espécie humana sobre toda a natureza. Não há mais comunidades isoladas, a serem integradas, nem lugares novos para onde ir.

Em algum momento se imaginou que, nesse contexto, caberia aos oceanos - 75% da superfície do planeta, 98% da água - o papel de suporte da sustentabilidade. Fauna e flora marinhas seriam praticamente inesgotáveis, do ponto de vista do consumo humano, e as águas poderiam diluir, por tempo indefinido, os resíduos decorrentes do crescimento da população e da indústria. Hoje se sabe que não é assim: nas águas litorâneas, que não representam sequer 10% do total, estão mais de 90% dos recursos biológicos do mar. Nossos dejetos e efluentes afetam em primeiro lugar os ecossistemas mais ricos e mais importantes para a reprodução da maioria das espécies marinhas. Vários estoques já se esgotaram, outros caminham para o mesmo fim. Os mares também têm limites. Junto com as florestas remanescentes, absorvem apenas a metade do CO<sub>2</sub> que produzimos com a queima de petróleo e carvão. A outra metade permanece no ar, nossa última fronteira natural, na qual se acumulam gases-estufa e compostos artificiais que destroem a camada de ozônio.

Nos últimos cem anos, o uso de combustíveis fósseis cresceu mais de trinta vezes, e a maior parte desse aumento ocorreu a partir de 1950. E continua. Por conta disso, poderemos ter, em poucas décadas, mudanças climáticas que em outras eras levaram séculos ou mesmo milênios para ocorrer. É uma velocidade que assusta, tratando-se de sistemas naturais muito complexos, cujas dinâmicas estamos longe de compreender. Aprendizes de feiticeiro, nos imaginamos impunes. Ilusão: haverá modificações profundas na agricultura, na saúde, nos espaços geográficos - enfim, em toda a nossa vida. Podemos estar às vésperas da maior extinção de espécies jamais havida no planeta.

A história humana acumula uma sucessão de rupturas locais e regionais de equilíbrios estabelecidos pela natureza. Às vezes, houve readaptação; às vezes, civilizações se fragilizaram e até desapareceram. O que há de novo no mundo moderno é que o espaço dessa ruptura se alargou, passando a abarcar toda a Terra. A crise deixou de ser localizada e parcial, como as do passado. Por sua abrangência, é inédita; por sua profundidade, perigosa; em termos históricos, iminente. O padrão de crescimento surgido depois da Revolução Industrial e o acelerado aumento populacional estão ferindo de morte o planeta. A vulnerabilidade dos ecossistemas regionais é apenas uma caixa de ressonância de outras vulnerabilidades desencadeadas. As principais fontes de energia começam a escassear ou se tornam muito caras. Alguns minérios importantes se esgo-





tam. A água doce periga. O clima muda. A trama da vida se simplifica e se fragiliza. Isso diz respeito ao mundo todo e a todos os povos.

Nossa época foi fortemente marcada pela idéia de que os países pobres deveriam repetir o caminho trilhado pelos ricos. Embora divergindo quanto às formas de fazê-lo, um consenso havia entre defensores dos sistemas econômicos que, neste século, disputaram a hegemonia em escala mundial: o problema a ser resolvido era o da edificação, em todo lugar, de uma base produtiva semelhante à dos países desenvolvidos, com a subsequente generalização dos padrões de vida a ela associados. Hoje, sabemos que não poderá ser assim. Longe de neutra, a tecnologia industrial tem custos sociais e ambientais muito altos. E o padrão de consumo dos ricos não é generalizável, sob pena de um colapso geral. Chineses e hindus nunca poderão tem um automóvel per capita, como os cidadãos de Detroit.

Que novo sentido se precisa dar à história?

A civilização do Norte não pode mais ser uma referência global. Mesmo dentro desses países, ela produz um estilo de vida que só pode ser reproduzido por minorias. Se quisermos que seja ampliável, sustentável e reproduzível, precisamos redefiní-lo. Este é o desafio que está lançado ao Primeiro Mundo. Quanto ao Terceiro, reconheço que é forte a tentação de seguir os caminhos já conhecidos. De forma alguma, os próprios países ricos estimulam isso, ao reservar para si atividades que resultam em produtos de mais alto valor agregado, redistribuindo para a periferia as indústrias sujas, que se

concentram em pesadas unidades fabris e demandam mais energia. Sem ter conseguido superar a pobreza, e a poluição que dela decorre - pois também há a poluição da pobreza -, sem recursos para desenvolver meios de produção mais modernos e menos poluentes, o Terceiro Mundo disputa a primazia de obtê-las. No entanto, repetir vias já quase esgotadas não pode ser uma boa opção. O futuro depende de buscarmos juntos um uso ótimo para a base de recursos naturais com que ainda contamos, em escala planetária, e redefinirmos objetivos que possam ser alcançados sem degradar o planeta e ameaçar a sobrevivência das próximas gerações. Os que ainda vão nascer precisam ser definitivamente integrados à escala de valores que orienta nossas decisões, afirmando-se assim uma dimensão ética nova.

Grande evolução, em pouco tempo. Ecologia foi um termo cunhado no século XIX para designar o estudo do funcionamento dos sistemas naturais, com destaque para as relações que se estabelecem entre os seres vivos num mesmo hábitat. Adquiriu nas últimas décadas dimensão muito mais abrangente: o estudo da reprodução da vida em escala planetária, criando a perspectiva para se pensar as sociedades humanas como parte desse conjunto. Em pouco mais de um século, como se vê, deixou para trás o domínio restrito da biologia, penetrou no espaço das ciências sociais, redefiniu conceitos, passou a denominar um amplo movimento social organizado e chegou, por fim, a designar uma nova filosofia de vida. Sobre isso, vamos debater. □

**O padrão de consumo dos países ricos não é generalizável para os demais, sob pena de um colapso geral.**

# Lições de um democrata radical

DAVID CAPISTRANO

Escrito por Franca Ongaro Basaglia, o livro **Mario Tommasini - vida e feitos de um democrata radical** (Hucitec, 135 pags), narra as bem sucedidas experiências de Tommasini na luta contra a segregação, a exclusão e o embrutecimento de vastas parcelas dos trabalhadores, das pessoas pobres da Itália. Escrito em forma de relato, o texto se utiliza de uma saborosa coloquialidade para revelar suas idéias contra as várias formas de cárceres (orfanatos, manicômios, presídios, asilos etc). O assunto poderia ser técnico, enfadonho, angustiante, mas a narrativa repleta de "causos" e o vocabulário simples e objetivo transformam a trajetória de Tommasini numa história cativante, onde o leitor passa a torcer para que as mudanças propostas pelo protagonista consigam se impôr.

O livro acompanha o percurso de Tommasini pela região da Emilia-Romagna desde a década de sessenta até a de oitenta. Nesses quase vinte anos ele teve uma atuação controversa e pouco aceita até pelo seu partido, o Comunista Italiano. Tommasini desativou orfanatos, manicômios e outros organismos de exclusão. As narrativas destes episódios são quase sempre entremeadas com emocionantes depoimentos de pessoas que viveram aqueles dias.

Sua luta pelo fim destas instituições teve (e tem, já que ele continua atuante) sempre como pressuposto uma ampla participação popular, que deve estar ligada à reintegração dos "fora-da ordem". Ele rejeita a idéia de "assistir". Tommasini prefere o apoio. Mas não basta apoiar, tem que participar, e participar ativamente, como no caso em que promoveu a ocupação de um orfanato e convidou as mães da cidade - especialmente dos bairros operários - a adotarem aquelas crianças.

Mario Tommasini, hoje deputado provincial, trabalhou com Franco Basaglia, psiquiatra italiano que exerceu papel de vanguarda na reforma psiquiátrica, em particular no que se refere aos hospícios. Apesar de ter estudado apenas até a quinta série primária. Tommasini foi um revolucionário secretário de saúde de Parma, cidade do Norte da Itália com cerca de 200 mil habitantes. Além disso, foi guerrilheiro na resistência ao fascismo, leitor de hidrômetros e operário de fábrica. O que aprendeu, aprendeu na rua, experimentando, observando e tentando.

Seu trabalho começa em 1965, quando a internação nas instituições atingia crianças órfãs, loucos, velhos e jovens

desajustados, em gigantescos institutos. Ele inverte o papel assistencialista e segregador dessas instituições, fazendo com que haja uma interação entre os internos e a comunidade.

O ponto de partida do livro é a luta de Tommasini para mudar, e depois eliminar, o manicômio de Colorno. São mostrados tantos os passos positivos quanto os tropeços. Não se procura mostrar uma solução perfeita, sem reverses ou problemas, o que torna a leitura ainda mais interessante. Também não se trata de um manual do tipo "como desativar manicômios sem fazer força", mas sim de um relato sincero das dificuldades e das vitórias de sua luta pela desativação destas instituições de segregação.

A concepção de Tommasini sobre a assistência é dialética e ousado: quanto mais a pessoa necessita de proteção, mais deve ser posta em condição de viver positivamente sua limitação para recuperar sua autonomia e liberdade. No mais das vezes os processos reabilitadores fazem exatamente o inverso, tentando inculcar uma idéia negativa sobre a necessidade ou incapacidade das pessoas. É uma concepção atrevida. Mas ousadia, criatividade e entusiasmo são qualidades que transbordam de Mario Tommasini e contaminam todos os que se aproximam deste verdadeiro revolucionário.

Para quem é de esquerda, e especialmente para os petistas, o livro sobre a vida de Tommasini traz - de forma apaixonada - a advertência contra a acomodação, a burocratização, a perda do "impulso original" rebelde e libertário, que tem por base o fundo compromisso com a vida e a felicidade dos homens, mulheres, crianças, jovens e velhos de carne e osso, vítimas de injustiças da organização social, das idéias retrógradas, dos preconceitos, da violência. □

**Tommasini desativou orfanatos, manicômios e outros organismos de exclusão.**



David Capistrano Filho é  
prefeito de Santos



# Uma intimidade libertadora?

JOSÉ CORRÊA

**A** transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, do sociólogo inglês Anthony Giddens, acaba de ser publicado no Brasil pela Editora da Unesp. Esta obra lança penetrante luz sobre as mudanças sociais que estão se processando na esfera do privado e das relações estruturadas a partir da afetividade, dialogando com Reich, Marcuse e Foucault.

A análise da articulação entre o público e o privado sob o capitalismo é um terreno onde normalmente tem se manifestado visões confrontadas. Autores como Jurgen Habermas, Richard Sennett e Christopher Lasch destacam como o mercado e a administração estatal organizam cada vez mais a esfera

pública - imprimindo-lhe um caráter sistêmico e um automatismo mecânico - e, simultaneamente, esvaziam de forma crescente o espaço público cívico, onde antes cidadãos podiam interferir nos rumos do Estado e dos "negócios comuns" da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, mostram como as grandes maquinarias sociais do mercado e da burocracia invadem os espaços antes ocupados pela família, lazer e relações comunitárias, determinando cada vez mais o privado, que perde sua autonomia e autenticidade. A consequência é que em geral se observa na obra destes autores uma idealização deste mundo privado perdido, a nostalgia de uma época em que o "mundo da vida", o "espaço

cívico" ou a família teriam sido mais expressivos e importantes para a estruturação da vida dos indivíduos ou da dinâmica social.

## A crítica feminista

O feminismo critica duramente estes autores, mostrando como ignoram ou são condescendentes para com a opressão das mulheres. Mostra, corretamente, como a esfera privada e, em primeiro lugar, a família, é um espaço de domínio masculino, de exclusão das mulheres do terreno público e como os homens se beneficiam da opressão das mulheres. Assim, por exemplo, Nancy Fraser conclui sua análise das concepções de Habermas apontando que o modelo de "modernização como o divórcio entre as instituições sistêmicas e o mundo da vida... é androcêntrico e ideológico sob importantes aspectos". O feminismo critica também a visão do público dominante na teoria política e na filosofia moral que o associa a razão, oposta à afetividade e ao desejo que predominariam no privado (ver *Feminismo como crítica da modernidade*, org. por S. Benhabib e D. Cornell, Ed. Rosa dos Tempos).

A teoria feminista aponta para a necessidade de redefinir a relação entre o público e o privado (e, para alguns, eliminar esta separação), de socializar o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas e de transformar de forma radical a esfera de expressão da afetividade. Mas esta crítica, todavia, não oferece ainda uma resposta de conjunto.

A obra de Giddens, entretanto, assenta bases para a construção de uma visão mais integrada desta questão, incorporando o papel fundamental das mulheres e das comunidades sexuais estigmatizadas na transformação do privado, o sentido progressista destas mudanças e a forma como elas podem incidir sobre o público. Sua análise, corretamente empreende uma historicização radical das relações desenvolvidas na esfera da intimidade. Tem, também, o mérito de abordar de forma sociológica problemas que em geral são tratados exclusivamente sob um enfoque psicológico. Contribui, assim, para o restabelecimento de um nexo de coerência entre teoria e prática no movimento socialista contemporâneo.

## A afetividade no capitalismo

O desenvolvimento do capitalismo produziu uma transformação no conjunto das relações sociais. Ao separar o trabalhador da terra - expropriando-o e assalariando-o - e a produção da reprodução, o capitalismo reorganizou a divisão entre o público e o privado, separou uma "sociedade civil" do Estado e produziu a estruturação de uma nova família. As relações de gênero tradicionais começaram a ser subvertidas, alterando profundamente o conjunto da constituição psico-social dos indivíduos. Eli Zaretsky já havia retratado este processo em seu *Capitalismo, família e vida privada* (Lisboa, Presença, 1975). Agora, Giddens retoma o tema destacando principalmente as transformações pelas quais passaram a sexualidade e a afetividade, que como características socialmente determinadas, conhecem mudanças correspondentes à profundidade das mutações nas relações de gênero.

Giddens mostra como surgiu, na Europa da revolução industrial, uma primeira transformação, o surgimento do "amor romântico" - uma estrutura simbólica que teve grande impacto sobre o casamento e a formação de um novo tipo de família. Antes, a base das uniões era econômica e não a atração sexual mútua. A afeição física associada ao sexo era rara entre os casados. Uma licenciosidade sexual sempre foi permitida às aristocracias, mas nada tinha a ver com o casamento.

O amor romântico - diferente "amor apaixonado", do arrebatamento erótico que, sob diferentes formas, está presente em todas as sociedades - é um complexo de práticas, valores e perspectivas historicamente circunscritos. Ele "tem que ser compreendido em relação a vários conjuntos de influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII. Um deles foi a criação do lar... Um segundo foi a modificação nas relações entre pais e filhos; um terceiro, o que alguns chamam de 'a invenção da maternidade'. No que dizia respeito à situação das mulheres todos eles estavam muito intimamente integrados" (p. 53).

As consequências disso são contraditórias. "O ethos do amor romântico... por um lado ajudou a colocar as mulheres 'em seu lugar' - o lar. Por outro, entretanto, o amor romântico pode ser encarado como um compromisso ativo e radical com o 'machismo' da sociedade moderna. O amor romântico pressupõe a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro, tendo-se como base as qualidades intrínsecas desse próprio vínculo. É o precursor do relacionamento puro, embora também permaneça em tensão em relação a ele" (p. 10).

## Sexualidade e reprodução

Uma segunda transformação crucial que se operou nas relações de gênero, esta mais recente, foi a separação entre sexualidade e reprodução, com a redução do risco de gravidez e da ameaça do parto para as mulheres. Giddens aponta a difusão dos métodos contraceptivos a partir da Primeira Guerra Mundial como um processo relacionado com as mudanças no sentido da redução do tamanho da família, a luta contra a subordinação das mulheres e a sua libertação das cadeias do lar.

O surgimento da pílula e a "revolução sexual" dos anos 60 são parte do desenvolvimento de uma cultura em que a sexualidade é cada vez mais valorizada. O prazer sexual das mulheres é reconhecido e sua busca ganha legitimidade. Toda uma série de instituições, valores e uma nova linguagem impulsionada pelas terapias, aconselhamentos, auto-ajudas e revistas femininas penetram no cotidiano de parcelas crescentes da população. O controle sexual dos homens sobre as mulheres é profundamente abalado, gerando como resposta uma crescente violência masculina sobre as mulheres.

Giddens oferece, nesta análise, um marco geral capaz de integrar contribuições variadas, como o instigante estudo de Gayle Rubin (*Refletindo sobre o sexo: notas para uma teoria radical da sexualidade* IN Carole Vance (org.) - *Placer y peligro*. Madrid, Ed. Revolución). Rubin recupera o papel das intensas disputas travadas por setores de vanguardas e comunidades eróticas marginalizadas contra os esforços de forças sociais e políticas que as regulam e procuram impor uma "normalização" sexual, particularmente em períodos de rea-



**O surgimento do amor romântico e da separação entre sexualidade e reprodução construíram a afetividade hoje hegemônica no capitalismo.**

Xilografuras Eróticas de Aristide Maillol







ção, como foi o caso dos Estados Unidos dos anos 50 (período do macartismo) ou dos anos 80 (a era Reagan). Ela mostra a implicação destas lutas para o estabelecimento de legislações que regulam a atividade sexual, nas condições de vida concretas dos que rompem as normas e na legitimação de referências no terreno da sexualidade e da afetividade.

### Relacionamento puro

O surgimento do amor romântico como um vínculo emocional durável e a libertação da sexualidade das amarras da reprodução criaram as condições para que - impulsionados pela luta das mulheres e das/os homossexuais - desdobrem-se hoje em "relacionamento puro" e em "sexualidade plástica", com implicações revolucionárias na estruturação da personalidade e na esfera da intimidade.

O desenvolvimento de relações interpessoais, especialmente aquelas que rompem com a estrutura normatizadora do casamento tradicional, leva à difusão da idéia de relacionamento. As/os homossexuais foram precursores desta mudança, na medida em que organizavam, de forma cada vez mais aberta, sua vida pessoal sem a estrutura do matrimônio e da família socialmente reconhecida.

Num quadro onde o peso da tradição é cada vez menor e a auto-identidade adquire um caráter cada vez menos pré-estabelecido, as possibilidades de desenvolvimento de relacionamentos puros - onde a relação é estabelecida basicamente pelo que ela pode oferecer por si própria - constitui um elemento central de um projeto reflexivo do eu, onde "a narrativa do eu tem que ser continuamente reelaborada e a ela alinhadas as práticas do estilo de vida" (p. 88). Isso envolve com grande peso uma reconstrução emocional do passado para projetar uma narrativa coerente em direção ao futuro.

Giddens nota que homens e mulheres enfrentam este processo de forma diferenciada. Existe "um abismo entre os sexos em termos de experiência, da criação e da educação" (p. 71). As transformações do domínio da intimidade foram impulsionadas pelas mulheres, com os homens em geral excluindo-se dos desenvolvimentos que aí se processavam. Para os homens que procuravam obter a auto-identidade no trabalho e no sucesso público, estas transformações foram e são fonte permanente de tensão e insegurança.

### Amor e sexualidade

Os ideais do amor romântico tendem, hoje, a fragmentar-se sob a pressão da busca da libertação e da autonomia sexual feminina. Emerge, na sociedade dos separados e divorciados, o que Giddens chama de amor confluyente, baseado na abertura de um em relação ao outro, um amor ativo e contingente, que entra em choque com as categorias "para sempre" e "único" da idéia de amor romântico. O amor confluyente afasta-se da busca da "pessoa especial", valorizando o "relacionamento especial". Pressupõe igualdade na doação e no recebimento emocionais, desenvolvendo-se até o ponto em que se desenvolve a intimidade. Introduce, também, pela primeira vez, o erotismo no cerne do relacionamento conjugal, transformando a realização do prazer sexual recíproco em elemento-chave da manutenção ou dissolução do relacionamento.

Isso é parte e impulsionador de uma transformação básica na vida pessoal como um todo. Giddens nota que estão se produzindo "uma diversidade de novos laços de parentesco associada, por exemplo, às chamadas famílias recombinadas... que estão sujeitos a uma negociação maior do que a anterior... Hoje em dia, a confiança tem que ser negociada e barganhada e o compromisso é uma questão tão problemática quanto nos relacionamentos sexuais... As pessoas tem que

decidir como lidar com os parentes e, assim fazendo, constroem uma nova ética da vida cotidiana" (p. 109). Dessa forma, nos compromissos estabelecidos em como lidar com os filhos, a ênfase na intimidade pode, muitas vezes, substituir a relação de autoridade dos pais. E "a democratização da vida pessoal como um potencial estende-se de um modo fundamental também às relações de amizade" (p. 200).

Emerge, também, uma compreensão da sexualidade como uma qualidade ou propriedade do eu que rompe com os papéis sexuais pré-estabelecidos. Aquilo que Giddens chama de sexualidade plástica expressa-se na compreensão muito mais aberta da identidade sexual e da sexualidade como aspecto maleável do eu, na visibilidade que ganhou a homossexualidade e no desnudamento da conexão entre corpo, auto-identidade e normas sociais.

A sexualidade plástica permite o estabelecimento do livre-arbítrio sexual e o surgimento de novas categorias eróticas. O reconhecimento da diversidade sexual torna-se uma dimensão importante do direito à auto-expressão, cujo desenlace final só pode ser a aceitação da heterossexualidade como uma preferência entre outras.

Mas o ideal da autonomia e da felicidade vinculado à vida sexual não é facilmente obtido. A sexualidade masculina e feminina são construídas de maneira muito distintas. Aqui, Giddens critica Reich e Marcuse, que tinham uma visão andrógena da sexualidade, uma libido anônima em relação ao gênero. Apoiando-se em autores como Nancy Chodorow ou Carol Gilligan, enfatiza os conflitos profundos entre homens e mulheres no terreno sexual, mostrando ao mesmo tempo como a sexualidade masculina foi tornando-se problemática com a mudança da situação das mulheres na sociedade e como foram "as mulheres que ficaram encarregadas, de facto, da transformação da intimidade que a modernidade colocou em andamento" (p. 196).

### Democracia e política de vida

"A democratização da esfera privada é uma qualidade tácita de toda a vida pessoal que está sob a égide do relacionamento puro... Democracia implica autonomia e esta "significa capacidade de auto-reflexão e autodeterminação dos indivíduos: 'deliberar, julgar, escolher e agir diante de diferentes cursos de ação possíveis'" (p. 201/2).

"No terreno da vida pessoal, autonomia significa a realização bem-sucedida do projeto reflexivo do eu - a condição de se relacionar com outras pessoas de um modo igualitário... Permite (assim) aquele respeito pelas capacidades do outro, intrínseco a uma ordem democrática... A possibilidade da intimidade significa a promessa da democracia" (p. 206).

Mas a democracia não é o bastante. O indivíduo está hoje separado de alguns dos principais aspectos que ordenavam a vida social no passado - da relação com a natureza à sucessão de gerações. As referências éticas de então se perderam, deixando muitos aspectos da vida desprovidos de sentido. Ora, a sexualidade é importante em boa medida porque também permite a conexão entre estas experiências humanas perdidas e a transformação da intimidade. Reich e Marcuse tem razão em colocar a sexualidade como terreno de luta política e meio de emancipação. Uma ordem social não repressiva exige libertar a sexualidade da compulsão e alicerçá-la em uma ética de vida pessoal.

O que deve ser chamado política de vida é uma política de estilo de vida. "Ela não se destina a 'politizar', em um sentido estrito do termo, as decisões de estilo de vida, mas a remoralizá-las - colocando-as de maneira mais exata, trazer à tona aquelas questões morais e existenciais afastadas da vida cotidiana" (p. 215). Abarca várias dimensões, a principal das quais é a construção consciente da própria auto-identidade, respondendo à questão de "como eu deverei viver?" E envolve também a recuperação de uma orientação para lidar com as emoções e, em particular, com as paixões capazes de sustentar as convicções. □

**O surgimento do relacionamento puro, do amor confluyente e da sexualidade plástica tem implicações revolucionárias.**



**A democratização da vida privada está pressuposta em toda forma de relacionamento puro.**





# Separatismo ou autonomia federativa

RAUL PONT

**U**ma reportagem no "Fantástico" bastou para reascender a questão do separatismo no Brasil. Focalizando o movimento liderado por Irton Marx, em Santa Cruz (RS), a Globo - como sempre - procurou criar mais emoção e sensacionalismo que uma reflexão séria sobre o assunto.

Explorando a tradição gaúcha de ser um Estado com formação um pouco distinta no país - a luta republicana de 1835/45, o positivismo pós-Império, a formação étnica e o peso da pequena produção na economia - a reportagem deu ênfase a aspectos superficiais e, principalmente, folclóricos, explorando a figura do santacruzense.

## Sentimento enraizado

A pesquisa de opinião pública realizada pela revista *Isto É* demonstra, claramente, que há um sentimento enraizado e representativo em populações sulistas, principalmente no Rio Grande. O alto percentual de respostas favoráveis ao separatismo na pesquisa de *Isto É* - mais de 40% - revela que há um campo fértil para o crescimento dessa tese.

Nenhuma ideologia se sustenta apenas no campo das idéias, sem uma vinculação com a realidade das pessoas, sem que expresse de alguma forma contradições reais existentes nas condições materiais e na vida dos indivíduos.

Portanto, temos que buscar aí - na formação histórica concreta e na realidade da vida - as razões que nos ajudam a compreender o fenômeno separatista, que não se expressa apenas na "República dos Pampas", mas em outras manifestações. Com ênfases e nuances diferenciadas, o amplo movimento tradicionalista e nativista existente no RS também concorre para uma cultura de identidade própria que, valorizando elementos tradicionalistas, fortalece teses separatistas.

Neste caso, não há um discurso forte, positivo, na defesa do separatismo, mas ao veicular uma ideologia do "gauchismo", que cultua glórias mitificadas da Revolução Farroupilha, e uma visão nostálgica do gaúcho independente, livre, contribui para um caldo de cultura separatista.

O Rio Grande cultua seu vanguardismo republicano no período imperial. Os dez anos de luta sustentados contra um Estado unitário e ultra centralizado deixaram marcas mais profundas do que as outras rebeliões republicanas e liberais, que o país viveu entre 1830 e 1848. E isso é positivo, do ponto de vista histórico, como apropriação coletiva dessas bandeiras e base de referência para novas lutas sociais. Enfim, não é demais lembrar que no Rio Grande travou-se a mais sangrenta luta republicana (1893) após a derrubada do império e foi Porto Alegre o palco do início da Revolução de 1930 e do Movimento da Legalidade em 1961.

Se colocarmos isso sobre um Estado cuja base sócio-econômica sempre dependeu em larga parcela da pequena produção, de uma forte imigração voltada para a pequena produção no campo e na cidade, fica mais fácil entender as origens de teses autonomistas ou separatistas.

As idéias de Irton Marx são, essencialmente, pequeno-burguesas e muito semelhantes às bases teóricas e programáticas de movimentos totalitários. Em sua "República dos Pampas", propõe-se limitar a propriedade. Ninguém poderá possuir mais de uma casa ou apartamento. Não será permitido viver de especulação ou de aluguéis. No campo, o limite será de 100 hectares e os bancos serão estatais. Os salários serão com base no mínimo estabelecido pelo Dieese e nenhum servidor público poderá ganhar mais de seis vezes este valor. A herança será condicionada ao trabalho efetivo. Paralelo a isso, encontram-se elementos folclóricos e até graves desvios racistas.

A visão da sociedade igualitária, justa, com propriedade limitada é sempre simpática e facilmente encontra adeptos. Afinal, esses elementos também não estão presentes nas teses da esquerda?

O problema é como fazer isso na época dos monopólios e sem conhecer as leis que garantem o sistema capitalista e sua reprodução?

## Centralismo e autonomia

A bandeira separatista é, essencialmente, autonomista. Num momento histórico de crise nacional profunda, de ausência de projetos globais que animem parcelas significativas da sociedade e de um governo central afundado na corrupção, no desgoverno, é natural e positivo que se busque romper com isso. Ou se democratiza e descentraliza o Estado ou se gera condições propícias para a luta pela autonomia, pela separação, visando ter instituições mais próximas e sob controle efetivo, pleno, pelos próprios cidadãos.

Existem hoje vários movimentos semelhantes a esse no Rio Grande. Isso reflete um sentimento de amplas parcelas do povo gaúcho.

O papel da esquerda, e do nosso partido, não é desdenhar ou tratar com desprezo ou arrogância essas manifestações. Na maioria das vezes expressam uma justa indignação com o atual Estado brasileiro, que é um Estado a imagem e semelhança da classe dominante: explorado, corrupto, cevado nos privilégios e na usurpação dos recursos públicos.

Esse espaço, essa potencialidade latente, deve ser conduzida para uma Federação completamente distinta da atual. Ao separatismo simplório devemos propor a verdadeira autonomia dos Estados-membros que hoje não possuem autonomia tributária, sofrem consequências de um sistema eleitoral representativo absurdo e de um bicameralismo caduco. Nem seus sistemas de segurança pública são decididos nos Estados-membros. As

concessões centralizadas de rádio e TV criaram um poder monopólico e oligopolizado sobre o mercado, sobre a informação, sobre a nossa vida cotidiana, que suplantam em muito qualquer adjetivo que queiramos empregar, para comparar com o poder centralizado de países totalitários.

Isto é um problema nosso, da esquerda, dos socialistas, cuja concepção democrática assenta-se na luta pela maior autonomia possível na organização das classes trabalhadoras.

Não temos o que temer no sentimento separatista. Temos que dialogar com ele e buscar a ação comum na luta pela descentralização, pela autonomia. O avanço da produção, da técnica, das comunicações e da integração tornam o mundo cada vez menor. Mas essa é uma integração dos monopólios, do autoritarismo, da exclusão crescente das amplas massas populares. A ela devemos contrapor a autonomia, a descentralização e o controle público crescentes sobre o Estado e sobre os mecanismos de produção. □

Raul Pont é vice-prefeito de Porto Alegre.

